

ECONOMISTAS

Estratégias para o próximo governo

Que políticas de desenvolvimento o governo eleito pode adotar para reverter a estagnação econômica e superar dificuldades conjunturais e estruturais como a inflação, o desemprego e a miséria

Entrevista:
Eduardo Rios Neto,
Presidente do IBGE

O legado de Celso Furtado nas formulações de políticas de desenvolvimento

Por André Furtado

A urgência de uma nova estratégia industrial

Por Jackson de Toni



EXPEDIENTE

Presidente: Antonio Corrêa de Lacerda

Vice-presidente: Paulo Dantas da Costa

Conselheiros efetivos:

Antonio Corrêa de Lacerda
Paulo Dantas da Costa
Antônio de Pádua Ubirajara e Silva
Carlos Alberto Safatle
Clovis Benoni Meurer
Eduardo Rodrigues da Silva
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Heric Santos Hossoé
João Manoel Gonçalves Barbosa
Lauro Chaves Neto
Maria Auxiliadora Sobral Feitosa
Maria de Fátima Miranda
Maurílio Procópio Gomes
Mônica Beraldo Fabrício da Silva
Paulo Roberto Polli Lobo
Waldir Pereira Gomes
Wellington Leonardo da Silva
Teresinha de Jesus Ferreira da Silva

Conselheiros suplentes:

Aldenir Gomes de Paiva
Ana Cláudia de A. Arruda Laprovitera
Carlos Eduardo Soares de Oliveira Junior

Carlos Magno Andrioli Bittencourt
Cícero Ivo Moura Bezerra Júnior
Eduardo Reis Araújo
Fabiola Andréa Leite de Paula
Gustavo Casseb Pessoti
Júlio Flávio Gameiro Miragaya
Marcelo Pereira Fernandes
Maria do Socorro Erculano de Lima
Noel Leite da Silva
Omar Corrêa Mourão Filho
Paulo Hermance Paiva
Paulo Roberto de Jesus
Rogério Vianna Tolfo
Róridan Penido Duarte
Sérgio da Rocha Bastos

Conselho Editorial:

Waldir Pereira Gomes (Coordenador)
Antonio Corrêa de Lacerda
Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera
Antônio de Pádua Ubirajara e Silva
Dércio Garcia Munhoz
Eduardo Rodrigues da Silva
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Gilson de Lima Garófalo
Heric Santos Hossoé
José Luiz Pagnussat
Júlio Flávio Gameiro Miragaya
Lauro Chaves Neto
Luiz Carlos Delorme Prado

Maria Cristina de Araújo
Paulo Dantas da Costa
Roberto Bocaccio Piscitelli
Róridan Penido Duarte
Sidney Pascoutto da Rocha
Wellington Leonardo da Silva

Comissão de Comunicação:

Waldir Pereira Gomes (Coordenador)
Heric Santos Hossoé (Vice-Coodenador)
Antonio Corrêa de Lacerda
Clovis Benoni Meurer
Denise Kassama Franco do Amaral
Gilson de Lima Garófalo
Lauro Chaves Neto
Maria de Fátima Miranda
Wellington Leonardo da Silva

Coordenação de Comunicação:

Renata Reis – Coordenadora
Manoel Castanho – Jornalista
Raquel Passos – Assessora
imprensa@cofecon.org.br

Projeto Gráfico e Editoração:

Raquel Passos

ISSN 2446-9297

As ideias e informações contidas nos artigos publicados nesta revista são de responsabilidade de cada autor, não devendo ser interpretadas como endossadas ou refletindo o pensamento do Conselho Federal de Economia.

**SIGA-NOS NAS
REDES SOCIAIS!**



@cofecon

SUMÁRIO

Editorial Antonio Corrêa de Lacerda	5	Índice de Miséria ampliado: resultados e perspectivas João Hallack Neto e João Saboia	30
Entrevista com Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto, presidente do IBGE Renata Reis	6	Os três pilares para a política macroeconômica do próximo governo Fernando de Aquino	36
Bancos públicos nacionais: sugestões de novas missões estratégicas Aristides Monteiro Neto	12	O Legado de Celso Furtado como fonte de inspiração nas formulações de políticas de desenvolvimento em níveis regional e nacional André Tosi Furtado	40
A urgência de uma nova estratégia industrial Jackson De Toni	16	Crises, rupturas e reformas no Brasil Roberto Padovani	46
Política industrial e território: haverá uma estratégia para o grande ABC paulista? Gisele Yamauchi e Andréa de Oliveira Tourinho	20	O SINCE do Quadriênio: economistas se reencontram em João Pessoa Manoel Castanho	52
A insegurança alimentar, a agricultura familiar e as perspectivas para o Brasil no governo do novo presidente eleito Maya Takagi	26	Cofecon em ação: o trabalho das comissões Manoel Castanho	58
		Novos livros	66

EDITORIAL

No mês de novembro a cidade de João Pessoa-PB recebeu o XXVII Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (SINCE). O evento originalmente foi programado para 2020, em comemoração ao centenário do economista paraibano Celso Furtado, um dos mais importantes intérpretes da realidade econômica brasileira, mas precisou ser adiado devido às necessárias medidas de isolamento para conter a pandemia de Covid-19.

Além dos debates tradicionais do SINCE, que abordam formação e mercado de trabalho dos economistas e aperfeiçoamento do Sistema Cofecon/Corecons, houve também painéis temáticos sobre o legado de Celso Furtado como fonte de inspiração para as políticas de desenvolvimento regional, o VI Fórum da Mulher Economista e uma Agenda de Desenvolvimento para o Nordeste.

O momento também se mostrou muito propício para discutir os rumos da economia brasileira, uma vez que o SINCE foi realizado logo após o segundo turno da eleição presidencial. A sociedade brasileira escolheu um projeto que foi debatido ao longo dos últimos meses, o qual, sem desmerecer a importância do setor privado, reconhece que existem funções que são precípuas do Estado e das quais não se pode abrir mão, sobretudo na coordenação, no planejamento e na criação de um cenário macroeconômico favorável.

O novo governo precisará adotar estratégias adequadas para reverter a estagnação econômica dos últimos quase dez anos e superar dificuldades conjunturais e estruturais como o desemprego, a inflação e a miséria. Várias delas são discutidas nos artigos publicados nesta edição, como a função dos bancos públicos, a política industrial (que tem um papel relevante no desenvolvimento), a agricultura familiar como ferramenta de combate à insegurança alimentar e os pilares macroeconômicos do próximo governo. Além disso, há artigos sobre o índice de miséria, o legado de Celso Furtado e as crises, rupturas e reformas no Brasil.

A revista também tem um suplemento especial dedicado à Economia Solidária, cujo dia nacional é celebrado em 15 de dezembro. A data é uma homenagem ao nascimento de Francisco Alves Mendes Filho, o Chico Mendes, líder seringueiro assassinado em 1988. Além dos artigos, uma matéria especial traz o resultado da primeira edição do Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas e apresenta os projetos que concorreram.

Boa leitura.



ANTONIO CORRÊA DE LACERDA **PRESIDENTE DO COFECON**

Professor-Doutor do programa de pós-graduação em Economia Política da PUC-SP e membro da transição de governo na área de Planejamento, Orçamento e Gestão. É autor de cerca de 20 livros da área de Economia e se dedica continuamente à produção de artigos relevantes para o entendimento da conjuntura do país. É colaborador do jornal O Estado de S. Paulo e comentarista do Jornal da Cultura (TV Cultura).

Entrevista com

Eduardo Rios Neto, presidente do IBGE

Por Renata Reis, Coordenadora de Comunicação do Cofecon

A realização do Censo 2022 foi tema de matérias e debates ao longo dos últimos meses. O Raio-X do país, como é descrita a pesquisa, foi adiado em dois anos, em razão da pandemia de Covid-19. Com a função de registrar a população do país por idade e sexo, a pesquisa permite que toda e qualquer política ou evento tenha a possibilidade do cálculo de cobertura.

Em entrevista exclusiva à revista Economistas, o economista Eduardo Luiz Rios Neto, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fala sobre os desafios da pesquisa em 2022 e, como demógrafo, afirma que a contagem é o primeiro ponto de destaque da pesquisa e “não podemos diminuir este papel”. Além disso, Rios Neto ressalta a importância de o Censo apresentar um denominador comum, ser de todos e servir a todos, e por nortear, por exemplo, políticas públicas, universais ou focalizadas; cobertura de programas sociais e investimentos da iniciativa pública ou privada.

Revista Economistas: O IBGE solicitou 2,3 bilhões de reais para a realização do Censo, enquanto o orçamento aprovado previa R\$ 2 bilhões. Que impacto a redução orçamentária tem na realização da pesquisa?



Eduardo Rios: Na realidade, o orçamento do Censo aprovado no Projeto de Lei Orçamentária Anual 2022 foi de 2,3 bi, não 2 bi. Com o adiamento do Censo em 2020 e 2021, algum gasto com o Censo foi efetuado antes de 2022. A maior parte do orçamento do Censo é gasto com pessoal. O que se tinha antes de 2019 era uma proposta, não a aprovação de um orçamento de 3 bi. Sob o ponto de vista real, havia uma expectativa de aumento de combustível e inflação menores, mas o maior impacto no Censo é o número de recenseadores e sua remuneração. O cálculo da remuneração do trabalhador temporário precisa considerar o fator oferta-procura. O mercado de trabalho aquecido em algumas Unidades da Federação afetou a atratividade do cargo. Um caso extremo, por exemplo, aconteceu em Santa

Catarina, onde a taxa de desocupação é de 3,9%, ou seja, pleno emprego. Com isso, no estado, o pagamento do serviço temporário precisava ser alto para ser atraente. A questão do orçamento tem muitas nuances. Por muitos momentos pairou a ideia do corte, mas o tempo todo defendi que os ajustes aconteceram por diversas razões e que o Censo é, sim, uma operação cara, mesmo sendo considerada barata no contexto internacional. Países na América Latina estão enfrentando problemas como os nossos: duração maior, escassez de recenseadores, recepção nos domicílios - problemas clássicos e que são universais. Se tivéssemos um pouco mais de recursos, estaríamos trabalhando com mais tranquilidade. Mas mesmo isso não é tão mecânico quanto parece.



R.E: Na sua opinião, a questão da violência contra os recenseadores tornou o cargo de recenseador menos atrativo?

E.R: É possível que sim, mas a razão econômica é imbatível. Assim, a junção de questões relacionadas a preconceito e receptividade com remuneração menos atraente – por produtividade – tornou o cargo menos atrativo. Dentro do orçamento, havia margem para adequações, mas ainda assim é difícil. No cronograma, a previsão de início do Censo era junho e não agosto, para que não coincidissem com o período eleitoral, pois sabíamos que o problema de mão de obra seria agravado. Nesse cenário, a verba de comunicação poderia ter ajudado, mas mais uma vez, por conta do período eleitoral, precisávamos aprovar as peças com o Tribunal Superior Eleitoral, pois a pesquisa não pode ter uma coloração partidária. O Censo é da sociedade, é de todas as cores, de todos os partidos.

R.E: Quais são os desafios enfrentados em termos de fake news pelo Censo 2022?

E.R: A realidade e as dificuldades hoje são totalmente diferentes de outras edições da pesquisa. Combater as fake news é um desafio que temos enfrentado com sucesso, com o apoio da Comunicação Social. Embora em 2019, por exemplo, houvesse a polarização, realizamos um trabalho claro de baixar a temperatura e esfriar a água e não politizar ou associar a pesquisa a candidato A ou candidato B. Casos de assédio moral ou ilegalidade foram apurados, mas o restante era ruído, que com a disseminação das fake news catapultaram muito, causando a impressão de que eram regra.

R.E: Quais são os dados socioeconômicos que estão sendo coletados?

E.R: Educação, religião, trabalho e rendimento são os principais dados socioeconômicos coletados. Raça-cor e sexo também são coletados. Educação, raça-cor, gênero (sexo) e idade são os cortes principais para qualquer análise socioeconômica realizada nos dias de hoje. Junta-se a isto os dados demográficos, nupcialidade, família, fecundidade, migração interna e internacional e mortalidade. A inclusão de perguntas sobre pessoas com deficiência segue recomendações internacionais. Já a inclusão da pergunta sobre autismo é determinação do Congresso Nacional. É importante ressaltar que o Censo traz atributos socioeconômicos e demográficos. O ideal é cruzar essas informações.

R.E: Na edição de 2022 da pesquisa, houve eliminação de perguntas da série histórica?

E.R: A questão de série histórica é uma questão relativa. Os Censos são decenais, e por isso é importante manter a cobertura das temáticas, mas até mesmo neste contexto a formulação da pergunta altera no tempo. Esse é o

caso, por exemplo, de participação na força de trabalho. O Censo é mais importante para uma análise estrutural, num dado ano, do que para uma análise de séries temporais. Claro que nada impede que uma perspectiva temporal seja tomada. Na edição de 2022, houve ampliação no tamanho do questionário – considerando a proposta original. No contexto final o questionário básico contém 26 quesitos (5 minutos) e o ampliado 77 quesitos (15 minutos). A maior redução foi no questionário básico e os critérios utilizados seguiram recomendações das Nações Unidas. A preservação das temáticas essenciais das recomendações das Nações Unidas no questionário ampliado ainda permite um Raio-X socioeconômico da realidade municipal.

"O Censo traz atributos socioeconômicos e demográficos. O ideal é cruzar essas informações."

R.E: A partir dos dados do Censo, o IBGE pode fazer alguma recomendação de política pública?

E.R: Os dados do Censo permitem a formulação de várias políticas públicas. Compete ao IBGE disseminar os dados e promover a sua utilização, e até mesmo elaborar a análise dos dados. Contudo não é função essencial do Instituto formular tais políticas. Compete-nos, não só em relação ao Governo Federal, mas também nas esferas estaduais e municipais e para a sociedade, fornecer as informações necessárias ao conhecimento da realidade. A nossa função precípua é entregar os dados. E os dados servem para que governos, sociedade organizada e população possam promover a melhoria do bem-estar coletivo. Um bom exemplo é a inclusão de perguntas sobre povos e comunidades tradicionais, sobretudo quilombola e indígena. A partir de nossos dados, vislumbra-se toda uma gama de novos estudos a serem realizados.

R.E: Existe algum mapeamento em relação aos imigrantes de países como Bolívia, Venezuela, Ucrânia e Síria que hoje vivem no país?

E.R: A amostra permite significância estatística para um nível municipal. Pensou-se em incluir a questão sobre imigração no questionário básico, que tem sido muito elogiado. Contudo, dentro das simulações realizadas, incluir essa pergunta teria

um peso grande – tanto custo quanto tempo. Tudo tem seu preço e neste caso foram tirados atributos do questionário básico. E isso é muito natural, faz parte da amostragem. É assim no mundo todo. Eu sempre falo o seguinte: se não acreditarmos na amostragem, da próxima vez que formos fazer um exame de sangue a gente morre, porque vai precisar tirar o sangue todo. Precisamos acreditar na amostragem, sobretudo no IBGE, que é super rigoroso.

R.E: O resultado das pesquisas eleitorais, em alguns casos, foi diferente e ultrapassou o previsto na margem de erro. A sociedade contestou e os institutos falaram em erro de calibragem causado, possivelmente, pelo atraso na realização do Censo. É isso mesmo?

E.R: Falamos aqui de duas coisas diferentes: as pesquisas são uma coisa, o Censo é outra, em virtude de seu caráter gigantesco. Em 2020 ou mesmo em 2021 era impossível realizar o Censo. Só foi possível realizá-lo em 2022. O fato de estarmos há 12 anos sem o Censo significa que atributos como idade, religião, renda, educação não estão atualizados. Por outro lado, uma pesquisa do tamanho do Censo deve levar em conta os riscos de saúde tanto para a população recenseada quanto para os recenseadores. É muito difícil considerar a realização da pesquisa num cenário tão adverso, sobretudo no caso



Se não acreditarmos na amostragem, da próxima vez que formos fazer um exame de sangue a gente morre, porque vai precisar tirar o sangue todo. Precisamos acreditar na amostragem,



Foto: Reprodução/Portal Suno



Foto: Divulgação/IBGE

de uma pandemia que era pouco conhecida. Num certo sentido, o IBGE foi bem-sucedido ao criar a PNAD Covid em 2020, e ao não interromper a PNAD Contínua e as pesquisas econômicas, além de criar a pesquisa Pulso Empresa.

R.E: Quais informações do Censo serão mais importantes para o país no pós-pandemia?

E.R: Todas as informações obtidas pelo Censo serão importantes para o período pós-pandemia para a elaboração de estatísticas municipais e o planejamento das políticas

públicas, além de viabilizar uma melhor avaliação das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A pergunta sobre mortes no domicílio, que faz parte do questionário básico, inova ao perguntar sobre óbitos nos últimos 40 meses (não nos últimos doze meses). Com isso será possível avaliar o antes e o depois da pandemia, em termos de óbitos, interagindo com os atributos socioeconômicos das famílias e das localidades.

R.E: Quais são as outras inovações do Censo 2022?

E.R: Em virtude do início dos trabalhos, visitei 20 das 27 Unidades da Federação. A ideia era incentivar as equipes e também mostrar que a inovação em tecnologia do Censo 2022 é imbatível. Com a introdução do dispositivo móvel de coleta, ficamos livres do papel e é possível acompanhar a operação em tempo real. Nesse cenário entra o Observa Censo, uma parceria entre o IBGE, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, que permitiu que observadores internacionais pudessem analisar e acompanhar o trabalho de campo e o processo do Censo como um todo. Eles ficaram admirados com a rapidez e o planejamento operacional e relataram que pretendem incorporar inovações em suas pesquisas. Por falta de verbas, não tínhamos como expandir o projeto para outros países fora do Eixo Sul-Sul. Ainda assim, a partir de uma rede de contatos, conseguimos que o Reino Unido enviasse uma missão de três pessoas, que também se impressionou com a operação. Não significa que a realização do Censo seja um mar de rosas, mas não é todo dia que firmamos convênios com diferentes países para acompanhamento do trabalho realizado no país, de forma tão respeitada.

R.E: Qual é a previsão de término do Censo?

E.R: Nós temos um compromisso com o Tribunal de Contas da União de entregar os resultados municipais, população dos municípios, até o dia 26 de dezembro, e faremos de tudo para honrar esse compromisso. Os demais resultados serão divulgados no curso do ano de 2023. Por conta da inovação tecnológica e do controle em tempo real, podemos concluir o primeiro relatório em até 30 dias depois do fim da coleta. Quando eu era criança, os melhores resultados demoravam até dois anos para sair. Tenho orgulho de que, mesmo com todas as adversidades, nós estamos com o controle técnico perfeito, sabemos o que está acontecendo e contamos com contingências mil preparadas.



Tenho orgulho de que, mesmo com todas as adversidades, nós estamos com o controle técnico perfeito, sabemos o que está acontecendo e contamos com contingências mil preparadas."

Foto: Reprodução/Tânia Rego, Agência Brasil

Bancos públicos nacionais: sugestões de novas missões estratégicas

Por Aristides Monteiro Neto

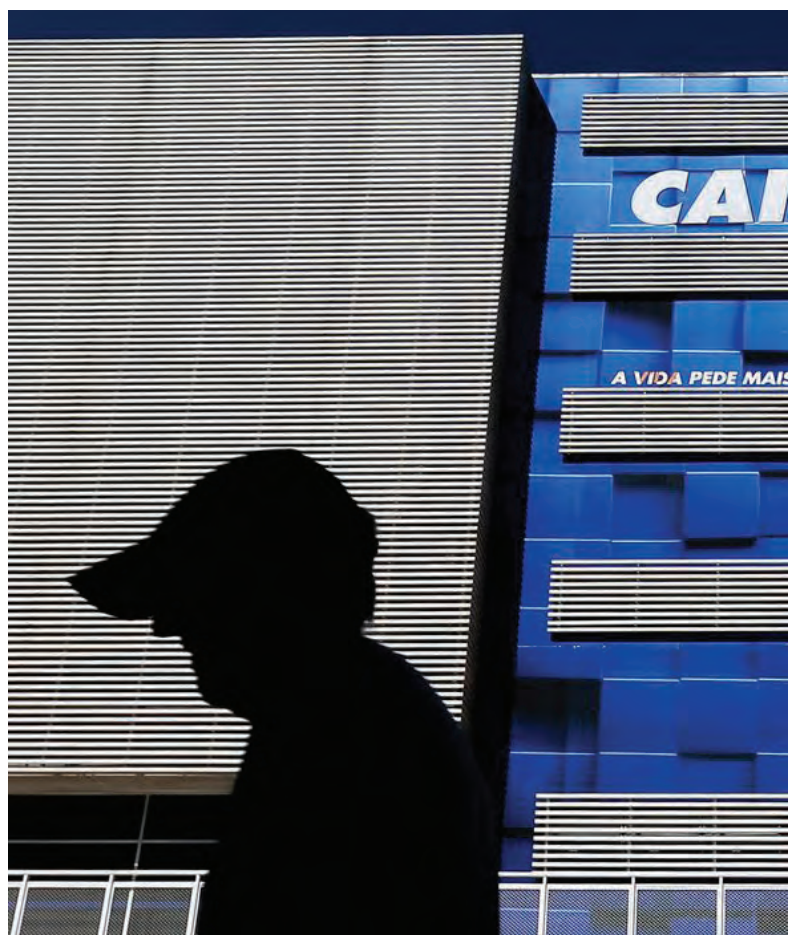
Em diversos países, na última década, novas missões estão sendo atribuídas a bancos públicos de desenvolvimento (BDs). A ideia é promover uma renovação de seus papéis institucionais e ir além da tarefa tradicional de consertar falhas de mercado ou agir anticíclicamente, levando-os a atuar em sentido mais estratégico: desde o financiamento do investimento em inovação e desenvolvimento até a promoção da mudança energética e da sustentabilidade ambiental.



Aristides Monteiro Neto

Economista, doutor em economia aplicada pela Unicamp. É técnico em planejamento e pesquisa do Ipea desde 1997. Foi chefe da Assessoria de Planejamento e Articulação Institucional do Ipea. Foi Assessor Especial do Governo de Pernambuco e Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. É professor do mestrado profissional em políticas públicas e desenvolvimento do Ipea.

No Brasil, os bancos públicos ainda não se deram conta destas novas missões. Suas atuações em setores promotores de mudança estrutural são tímidas, tendo, na verdade, a demanda natural dos setores econômicos preexistentes – principalmente a agropecuária de exportação – conduzido a aplicação corrente



dos recursos disponíveis (ABDE, 2022). E o que é mais preocupante: na contramão do que se verifica no resto do mundo, para atores relevantes na gestão da política econômica brasileira, até 2022, a atuação dos bancos públicos deveria ser minimizada ou até mesmo excluída do cenário do financiamento.

Bancos de Desenvolvimento: contexto mundial de renascimento

O período da reconstrução do pós-guerra (segunda metade da década de 1940) foi favorável à existência de BDs em países europeus e em outras regiões como Japão, Austrália e América Latina. Os BDs tinham como missão primordial promover a reconstrução, nos casos daqueles devastados pela guerra; nos demais que não estiveram no palco das guerras, financiar estratégias de mudança estrutural baseadas na industrialização. Esse período benéfico perdurou até o início dos anos 1980, quando o predomínio das ideias liberais se consolidou no mundo anglo-saxão e se espalhou pelo restante do mundo desenvolvido e por países em desenvolvimento.



As ideias patrocinadas pelo *establishment* americano para as economias emergentes, chamadas de Consenso de Washington de 1989, foram, em geral, opositoras à atuação governamental em geral, e dos BDs em particular. A liberalização dos mercados financeiros proposta e incentivada como estratégia de funcionamento dos mercados deveria ser suficiente para dar conta da oferta de recursos para as atividades produtivas. Por ocasião da grande crise financeira de 2008/2009, com a quebra de grandes bancos, como o Lehman Brothers, nos EUA, e a rápida disseminação para os mercados financeiros na Europa e Ásia, a crença na eficiência dos mercados financeiros foi abalada. A extensão e a profundidade dos efeitos do *crash* sobre atividades produtivas e mercados de trabalho no mundo inteiro levaram governos e agências multilaterais a reavaliarem suas restrições à atuação dos BDs. Em 2018, finalmente, o Banco Mundial, tradicionalmente refratário à atuação de bancos públicos de desenvolvimento, reconheceu em estudo a necessidade de os BDs contribuírem para a saída da aguda crise de crédito e de expectativas acerca dos negócios privados: *“During the global financial crisis of 2008-09, when lending by private financial institutions declined sharply, DBs [Development Banks] played an important countercyclical role in various jurisdictions and helped to partially mitigate credit crunches in the market niches in which they operate.”* (WORLD BANK, 2018).

Interessante registrar que não apenas os BD constituem uma rede numerosa em muitos países – segundo Xu, Ren & Wu (2019), existem 442 destas instituições em 147 países e sua distribuição por região é: 25% delas em países da África, 20% na Europa, 20% nas Américas, 31% na Ásia e 4% na Oceania – como no período subsequente à crise financeira de 2008/2009 registraram uma fase de renascimento. Houve criação de BDs em países como Bielorrússia (2011), Equador (2015), China (2016), Uzbequistão (2019), Reino Unido (2012), Canadá (2017) e alguns outros.

Em paralelo à criação de novos bancos discute-se a necessidade de novas missões e orientações institucionais. Se na maior parte do

século XX os BDs foram orientados a financiar processos de industrialização, reconstrução de infraestruturas públicas e apoio a pequenas e microempresas (atividades que o setor privado não apresenta interesse em apoiar pelo risco envolvido), nesta etapa mais recente, em função da crise financeira global, com requerimentos cada vez mais intensos para a inovação tecnológica, contenção do aquecimento climático e dos *gaps* crescentes de infraestrutura, o que se percebe no debate europeu e asiático sobre políticas públicas e estratégias de desenvolvimento é que os BDs são provocados a cumprir missões estratégicas centradas em: i) inovação tecnológica e ii) combate à mudança climática e promoção da transição energética (Griffith-Jones, 2018; Mazzucato & Penna, 2015).

E no Brasil, quais as novas missões?

O momento atual é muito propício para a reavaliação da atuação dos BDs nacionais (BNDES, BDs estaduais e regionais, além de Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal em suas ações voltadas ao desenvolvimento). A economia brasileira se encontra fragilizada e em depressão desde 2015. Registrou quedas abruptas do Produto Interno Bruto (PIB) em 2015 (-3,6%) e 2016 (-3,3 %). Reagiu com baixas taxas de crescimento em 2017 (1,3%), 2018 (1,8%) e 2019 (1,2%). Por efeito da pandemia da Covid-19 em 2020 voltou à recessão (-4,1%) e teve retomada em 2021 (4,6%) em função de medidas excepcionais de injeção de R\$ 520 bilhões para reativação da economia. O saldo

geral do período mostra-se negativo, com perda de nível de atividade e desemprego acentuado.

A taxa de investimento, medida pela Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) do IBGE, encontra-se num dos patamares mais baixos dos últimos anos. Entre 2010-2019, ela foi, em média, de 18,1% do PIB, sendo que na primeira parte da década (2010-2014) esteve no patamar de 20,5% do PIB refluindo para 15,7% do PIB na fase posterior de 2015-2019. Ou seja, o nível médio de investimento atual é cerca de 25% inferior ao do início da década.

Neste quadro depressivo e de fraca retomada, os BDs nacionais foram subutilizados. O principal instrumento financeiro do Estado brasileiro para realizar o financiamento em áreas produtivas estratégicas, o BNDES, foi desarticulado. Desde 2016 teve seu portfólio de operações reduzido e seus recursos mais destinados à redução da dívida pública (devoluções ao Tesouro Nacional) e menos ao financiamento do investimento produtivo.

No resto do mundo, as instituições financeiras de desenvolvimento, entre as quais se incluem os bancos públicos, têm tido um papel muito relevante para a superação do *crash* econômico global de 2008/2009. Além da disponibilização de recursos para se contrapor à relutância privada na oferta de crédito (aversão ao risco aumentada), o elemento mais original do contexto atual é o seu direcionamento para nobres tarefas de perseguir a mudança estrutural, simultaneamente, pela via do financiamento de: i) atividades baseadas em inovação e conhecimento e, ii) daquelas que promovem a

“Neste quadro depressivo e de fraca retomada, os BDs nacionais foram subutilizados. O principal instrumento financeiro do Estado brasileiro para realizar o financiamento em áreas produtivas estratégicas, o BNDES, foi desarticulado.”

sustentabilidade ambiental de enfrentamento da mudança climática. São essas, portanto, as novas missões que poderiam ser atribuídas aos bancos públicos nacionais nesta quadra de desafios.

Nenhuma destas duas missões sugeridas foi coordenada e obstinadamente realizada por nossos bancos públicos, embora ações pontuais nesta direção possam ter existido (ABDE, 2022). De um lado, o nosso maior banco de desenvolvimento, o BNDES, retraiu sua capacidade de crédito em plena crise econômica. Nos anos 2000-2014 emprestou ao setor produtivo nacional o montante acumulado de R\$ 361,7 bilhões e na fase crítica da recessão, de 2015-2018, financiou apenas R\$ 94,8 bilhões (valores constantes de 2018). Além disso, suas escolhas setoriais pouco contribuíram para a diversificação produtiva: entre 2000/2018 destinou cerca de 50% de seus desembolsos totais apenas para quatro ramos de atividades industriais: 13,5% dos valores desembolsados para o grupo de produtos alimentícios, 13,0% para veículos, reboques e carrocerias, 12,4% para coque, combustível e petróleo e 11,9% para outros equipamentos de transportes.

De outro lado, olhando para bancos públicos regionais atrelados à política regional, os quais atuam na concessão de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (FNO, FNE e FCO), eles têm destinado maior parte de recursos às atividades agropecuárias e comércio e serviços e menos a atividades de maior valor adicionado ou conteúdo tecnológico. Na região Nordeste, o Banco do Nordeste demonstrou a seguinte composição para aplicação dos valores contratados nos anos 2000-2019 do FNE: 41,5% para agropecuária, 22,1% para comércio e serviços, 18,4% para indústria e 17,9% para infraestrutura. Nas demais regiões, Norte e Centro-Oeste, os percentuais alocados para a agropecuária são ainda maiores que no Nordeste, chegando a 50% no Norte e 60% no Centro-Oeste.

O que estes dados informam é que bancos públicos brasileiros de elevada reputação institucional foram “tragados” pela demanda cotidiana por crédito de atividades tradicionais na economia brasileira. Poderiam ter sido mais bem utilizados, entretanto, para orientar nossa economia para outra trajetória produtiva caracterizada, de um lado, por mais elevado conteúdo tecnológico e, de outro, para criar e fortalecer mercados de produtos e serviços ambientais brasileiros. Os desafios globais e nacionais em curso abrem novas oportunidades e missões para os bancos públicos brasileiros realizarem. Cabe-nos alertar para, além das oportunidades perdidas no passado recente, aquelas que estão à nossa frente e que, sem dúvida, poderemos aproveitar.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDE – Associação Brasileira de Desenvolvimento. Plano de Desenvolvimento Sustentável, 2030. Março, 2022. <https://abde.org.br/plano-abde-2030-apresenta-acoes-estrategicas-para-que-o-brasil-possa-atingir-os-ods/>.

GRIFFITH-JONES, Stephany. National Development Banks for Inclusive and Sustainable Development. In: GRIFFITH-JONES, Stephany; Ocampo, Jose A. (eds.). *The Future of National Development Banks*. Oxford University Press, 2018.

MAZZUCATO, Mariana; PENNA, Caetano. The Rise of Mission-oriented State Investment Banks: the cases of Germany's KfW and Brazil's BNDES. Working Paper No. 1/2015. SPRU. Sussex, UK, 2015.

SILVA, Raphael de O.; MARQUES, Mabel. Distribuição territorial dos desembolsos do BNDES para a indústria e a infraestrutura entre 2000 e 2018. In: *Brasil, Brasis: reconfigurações territoriais da indústria no século XXI*. (Aristides Monteiro Neto et ali, organizadores). Ipea. 2021.

WORLD BANK. 2017 Survey of National Development Banks. Global Report. World Bank Group. Maylasia. 2018.

XU, Jiajun; REN, Xiaomeng; WU, Xinyue. Mapping Development Finance Institution Worldwide: Definitions, rationales, and varieties. NSE Development Financing Research Report No. 1. Institute of New Structural Economics. Peking University. Beijing, China. 2019.

A urgência de uma nova estratégia industrial

Por Jackson De Toni

Entre 2013 e 2019 o país perdeu quase 30 mil indústrias e 1,4 milhão de postos de trabalho no setor. A norte americana Ford fechou a fábrica da Troller no Ceará, e encerrou também as fábricas em Camaçari-BA e Taubaté-SP. Nos últimos anos a Mercedes Benz e a Audi também fecharam fábricas, as farmacêuticas Roche e Lily e a japonesa Sony também fecharam plantas no Brasil. A lista é longa e cresceu exponencialmente nos últimos anos. Metalúrgicos se tornaram entregadores ou motoristas de aplicativo. Junto com soja, minério de ferro e carne bovina, o Brasil se tornou um dos maiores exportadores de cérebros. Uma força de trabalho qualificada pelo sistema público que forma 24 mil doutores por ano.¹ E não só porque o valor das bolsas de doutorado está congelado há dez anos e o

orçamento público para a ciência é o menor em 15 anos. Sem desenvolvimento industrial, os empregos qualificados desaparecem, a dependência tecnológica aumenta e a balança comercial se fragiliza.

O Brasil, entre os dez maiores PIBs do mundo, representa apenas 1% do comércio mundial. Algo está errado. Resultado da perda de conteúdo tecnológico das exportações, hoje em menos de 20%. A desindustrialização precoce da economia brasileira não vem de agora. Nos anos 1980, a indústria chegou a representar 25% da economia, contra os 11% de agora, e caindo. Não há exemplos no mundo de países que se desenvolveram sem um setor industrial dinâmico e representativo. Nossa especialização regressiva na economia é resultado de uma soma



Jackson de Toni

Economista, mestre em planejamento urbano e regional pela UFRGS e doutor em ciência política pela UnB. Atualmente é analista de inovação e produtividade do corpo técnico da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), vinculada ao Ministério da Economia. É professor de gestão e políticas públicas em Brasília, nas instituições ENAP, IBMEC, IDP e Iesb.



de fatores onde se combinam uma influência política desproporcional das elites rentistas ligadas aos setores primários, a ausência de políticas industriais efetivas e uma certa resignação com o lugar reservado ao país pela geopolítica mundial.

Mesmo assim, a indústria importa.

A cada R\$ 1,00 produzido na indústria, são gerados R\$ 2,32 na economia, contra R\$ 1,67 na agricultura e R\$ 1,51 no comércio e serviços (dados da CNI). A literatura especializada já consagrou uma clara relação positiva entre o crescimento da produtividade e o desenvolvimento industrial, em especial pela capacidade de encadeamentos técnicos (capacidade de transbordamento) do progresso industrial nas cadeias produtivas, para frente e para trás, efeitos positivos na melhoria da infraestrutura física do país, economias de escala, redução do custo unitário e aumento de bem-estar ao consumidor final. A conexão virtuosa entre a difusão tecnológica da indústria e os avanços da ciência tem levado a inovação para todos os setores, inclusive ao agronegócio, onde predominam produtos de baixa complexidade, mas onde temos vantagens competitivas únicas.

A indústria, contudo, não é mais a mesma. Desde que Dona Maria I proibiu a manufatura brasileira em janeiro de 1785, muita coisa mudou. Triplicamos nossa participação no PIB industrial mundial, que saltou de 0,5% para 3% nos anos 1980. O mundo passou pela revolução da transformação digital, que



Sem desenvolvimento industrial, os empregos qualificados desaparecem, a dependência tecnológica aumenta e a balança comercial se fragiliza."

ganhou na indústria, nomes diversos: Indústria 4.0, Manufatura Avançada ou simplesmente a Quarta Revolução Industrial. Nos anos 2000 retomamos as políticas industriais, em especial a "Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior" (PITCE), de 2004. Avançamos na publicação de artigos científicos, nos gastos em pesquisa e desenvolvimento sobre o PIB, em setores como a petroquímica ou a aviação regional. O problema é vencer a síndrome da "Rainha Vermelha": o crescimento relativo aos seus concorrentes é o que importa. Um exemplo simbólico pode ser dado. Um dos pilares da revolução tecnológica na indústria é a automação de processos baseada na crescente



conectividade, internet das coisas e uso de inteligência artificial. Um dos sintomas visíveis deste processo é a robotização do ambiente fabril: eles podem aumentar em até 30% a capacidade produtiva. O Brasil possui só 0,6% dos robôs instalados no mundo, a maioria usados para aplicação de soldas ou montagem no setor automotivo.² A era da informação está transformando a indústria no mundo inteiro. As tecnologias de propósito geral são pervasivas e transversais. A partir da indústria, impactam toda a atividade econômica, incluindo a implementação de políticas públicas.³ A manufatura se reinventou como uma lógica de serviços, em muitos casos. Os serviços avançados (TICs, design, marketing) passaram a liderar a agregação de valor em cadeias globais cada vez mais interconectadas.



Um dos pilares da revolução tecnológica na indústria é a automação de processos baseada na crescente conectividade, internet das coisas e uso de inteligência artificial."



Precisamos massificar no tecido industrial o uso de tecnologias digitais, sobretudo para micro, pequenas e médias empresas.

Nenhum país avançado deixou de agir e regular a absorção destas tecnologias e seu melhor aproveitamento, em especial após a crise de 2008. O mundo assiste há 20 anos um renascimento de novas políticas industriais, intensivas em inovação e difusão tecnológica. É nesse sentido que conhecemos a Lei de Recuperação e Reinvestimentos e a Parceria para a Manufatura Avançada (2012), nos Estados Unidos; a Nova Estratégia de Alta Tecnologia (2014), na Alemanha, junto com a política de transição energética; ou a Estratégia Industrial (2017), na Inglaterra. A China, que tem na indústria o eixo de expansão, divulgou novos planos: o *Made in China* em 2015 e a Nova Rota da Seda, em 2016. A retomada das políticas industriais é tão marcante que as disputas geopolíticas, entre China e Estados Unidos, por exemplo, são motivadas pela definição de novos padrões nas áreas de fronteira tecnológica. As disputas em torno das tecnologias de telecomunicações (5G entre elas) e semicondutores são simbólicas desse novo estágio. As recentes interrupções das cadeias globais de valor, resultantes da pandemia mundial, dos conflitos geopolíticos e da guerra da Ucrânia, só intensificaram as políticas protecionistas, o uso de compras públicas e a realocação de plantas industriais (*reshoring* e *nearshoring*), que já acontecia desde meados dos 2000.

Além disso, as políticas de desenvolvimento incorporaram definitivamente o tema da transição verde e da sustentabilidade (Agenda ASG). Novas estratégias agora são focadas nas soluções de problemas sociais concretos numa lógica de cumprimento de missões com sustentabilidade: foco em problemas e resultados, concentração de recursos e parcerias público-privadas. A estratégia do *Green Deal*, lançada em 2019, pela União Europeia, deve ser analisada atentamente.

Por sua vez, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sugeriu apostas prioritárias para um repertório da política industrial moderna, na lógica de *mission oriented*:⁴

- transformação da **matriz energética** em energia renovável (carbono neutra);
- **indústria 4.0** (IoT, 5G, AI, robôs e *Data Economy*);
- **sustentabilidade urbana**: mobilidade (carro elétrico);
- **área de health-care**, farmacêutico, saúde e setores relacionados (*ageing society*);
- **bioeconomia** e setores vinculados (biotecnologia, novos materiais etc.);
- **economia circular**;
- **indústria criativa**;
- **aeroespacial e aeronáutico**.

Os desafios da manufatura avançada e da reorganização dos marcos regulatórios influenciados pela convergência tecnológica acelerada colocam uma nova demanda de governança tecnológica e industrial por parte do Estado. Novos temas e desafios demandam novas arenas regulatórias e de concertação entre atores institucionais. Por exemplo: disputas em torno de quais padrões tecnológicos prevalecerão, como lidar com a confidencialidade de dados, implicações éticas de biomateriais, definir quais missões tecnológicas devem concentrar os poucos recursos orçamentários, as consequências no mercado de trabalho e novas competências geradas pela automação intensiva, as questões socioambientais, os conflitos na agenda ASG e os custos da transição para uma economia circular.

Neste sentido, é imperioso revisar e reorganizar o labirinto institucional de atores – públicos e privados - que interagem no campo das políticas industriais para que haja mais clareza de propósito, sinergia e ações coordenadas. Tal coerência começa no plano estratégico do centro de governo, com a combinação da condução da política econômica (em particular, a política cambial e a monetária), com as diretrizes da reindustrialização. A concatenação do ecossistema institucional de apoio é essencial, em especial das políticas de crédito e fomento (BNDES, Finep, Embrapii, por exemplo); com as políticas de capacitação (como Capes, CNPq, Senai e Sebrae); com as agências que apoiam implementação e produção de inteligência (por exemplo, ABDI, IPEA, CGEE, IEDI), entre outras instituições.

A combinação do senso de urgência de uma nova política industrial com a complexidade multidisciplinar e multiescalar de instrumentos e ferramentas, com diferentes *timings* de *policy cycle*, não acontecerá sem reconstrução de capacidades estatais. A tarefa gigantesca inclui retomar o ativismo público responsável e a força indutora do Estado. É necessário (re)construir a mínima capacidade de planejamento de médio e longo prazo, com instrumentos de cooperação público-privada, de monitoramento e avaliação sistemáticos e permanentes. A institucionalização da nova política industrial deve ser suficiente, com realismo e pragmatismo, para sustentar a execução de objetivos viáveis e fundamentais em uma estratégia nacional de desenvolvimento digna deste nome.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/diaspora-cientifica-o-drama-da-fuga-de-cerebros-do-brasil-para-o-externo/>

2 <https://ifr.org/ifr-press-releases/news/robot-sales-rise-again>

3 O Projeto “Indústria 2027” (2018) identificou oito

tecnologias prioritárias: internet das coisas, produção inteligente (sistemas ciber-físicos), inteligência artificial, tecnologia de redes, biotecnologia e bioprocessos, nanotecnologia, materiais avançados e armazenagem de energia (<https://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/industria-2027/>)

4 Conforme <https://funcex.org.br/info/rbce-146-janeiro-fevereiro-marco-2021/o-debate-sobre-politica-industrial-na-ocde-ha-o-que-aprender>

Política industrial e território: haverá uma estratégia para o grande ABC paulista?

Por Gisele Yamauchi e Andréa de Oliveira Tourinho



Gisele Yamauchi

Economista, turismóloga, mestra e doutoranda em arquitetura e urbanismo pela Universidade São Judas Tadeu e mestra em economia política mundial pela UFABC. Possui MBA em gestão empresarial e em gestão industrial pela USCS. É diretora voluntária administrativa e de gestão da Associação dos Ex-bolsistas da JICA (ABJICA).



Andréa de Oliveira Tourinho

Arquiteta e urbanista, doutora em arquitetura e urbanismo pela USP, mestre em estética e teoria das artes pelo Instituto de Estética e Teoria das Artes da Universidade Autónoma de Madrid. É docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo e do curso de graduação da Universidade São Judas Tadeu.

O artigo se debruça sobre o fenômeno das áreas industriais que ficaram ociosas a partir do fechamento de fábricas na Região do Grande ABC nas últimas décadas. Essa problemática local é resultado, entre outros fatores, da falta de uma política industrial nacional. Essa região participou das três fases da industrialização brasileira, sob a tutela do Estado, entre os anos de 1930 e 1980. Por meio de políticas nacionais de incentivo à indústria, principalmente a partir de 1950, a região passou a pautar os assuntos nacionais com a chegada das empresas multinacionais fabricantes de bens duráveis, como automóveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, entre outros. Conformou-se, assim, em um dos maiores polos industriais do Brasil e da América do Sul. Entretanto, a partir da década de 1970, as mudanças geopolíticas e econômicas, o aumento da concorrência internacional, as inovações tecnológicas (na informática, nas telecomunicações e nos transportes), as ideias neoliberais, a financeirização da economia e a globalização causaram a crise do Estado de bem-estar social e do sistema de produção fordista, bem como a sua reestruturação.

A partir da década de 1980, no Brasil, as crises econômicas e aplicações das ideias neoliberais levaram ao abandono de uma política industrial robusta. Isto se comprova por meio da falta de estruturação de planos estratégicos econômicos nacionais e regionais, que apenas abarcavam curtos e médios prazos e deixaram de enxergar o longo prazo.

Em face disso, desde a década de 1990, assiste-se, na Região do Grande ABC, ao desmonte de seu polo industrial, surgindo o fenômeno das áreas industriais ociosas nas suas sete cidades. A região é dependente dos setores automotivo e químico e ainda não conseguiu se reinventar. Em 2020 identificamos mais de 300 áreas industriais ociosas nesses municípios, em uma pesquisa que foi citada na mídia regional, no Boletim da Delegacia Regional do Corecon ABC e chamou a atenção da renomada revista internacional *The Economist*. A existência dessas áreas industriais ociosas revela que é impossível dissociar economia e território.

Como consequência de todos esses processos, o país não conseguiu se reinserir na divisão internacional do trabalho e nas cadeias globais de produção. Passava apenas a cumprir um papel nas cadeias regionais de produção industrial e, no âmbito global, exercia a tarefa de fornecedor de commodities e de produtos agrícolas. As adversidades atuais da indústria brasileira são complexas e urgentes, cabendo, mais uma vez, a indagação: será que o país está realmente disposto a enfrentá-las ou, ao contrário, deixará cair por terra todos os esforços e recursos empenhados no passado?

Entre 1994 e 2002, a Região do Grande ABC protagonizou discussões e ações que serviram de exemplos nacionais em termos de governança urbana, por meio da junção de esforços das sete prefeituras da região ao governo do Estado de São Paulo, levando à criação, em 1980, do Consórcio Intermunicipal Grande ABC (CIGABC) e, em 1998, da Agência do Desenvolvimento Econômico do Grande ABC (ADEGABC). O primeiro projeto de requalificação de áreas industriais ociosas dessa região foi o Projeto Eixo Tamanduateí, que buscou dar novos usos a antigas áreas industriais ociosas, convertendo-as em centros comerciais, shoppings centers, conjuntos habitacionais, complexos de escritórios, igrejas, universidades, supermercados, bem como espaços de lazer e entretenimento. O predomínio do ideário neoliberal na produção do espaço urbano, o aumento das rivalidades políticas e institucionais e as brigas entre os atores sociais contribuíram para a falta de novas ideias. Com isso, aquele projeto passou a ser modelo replicável nos municípios do Grande ABC, sem uma estratégia econômica territorial (Figuras 1 a 4).

Ainda que as temáticas da reestruturação produtiva e da desindustrialização devessem estar no centro da preocupação dos atores locais



Santo André, um dos municípios da Região do Grande ABC
Foto: Reprodução/Prefeitura de Santo André

e regionais, estiveram, ao contrário, enfraquecidas nos debates dos últimos 20 anos. A questão da perda de produção de complexidade tecnológica é central e relevante, pois, segundo Conceição, Yamauchi e Monea (2018), o Grande ABC produz tecnologia de média complexidade (77,1% da produção em 2017) e poucos produtos com alta tecnologia (2,8% em 2017). Ainda na visão desses autores, não se pode ignorar a inversão histórica do perfil de empregos que migrou do setor industrial (caiu de 363 mil trabalhadores, em 1989, para 182 mil em 2019) para o setor de serviços (aumentou de 120 mil trabalhadores, em 1989, para 327 mil em 2019).

Em nosso artigo publicado no Boletim da Delegacia Regional do Corecon ABC (2022) refletimos que, na formação do economista, os que engendram planos econômicos, “o estudo sobre o ‘território’ encontra-se disfarçado e oculto na grade curricular das Ciências Econômicas”; e, na formação dos gestores urbanos, “em suas diversas formações, mas principalmente graduados em arquitetura e urbanismo, gestão pública e gestão territorial carecem de uma formação econômica estratégica territorial”. Diante da ausência de uma política nacional industrial, predominam as mesmas práticas como alternativa para as áreas industriais ociosas, restando obedecer às lógicas insustentáveis do mercado, que não se preocupam com o futuro industrial da região.

Não há de nossa parte contrariedade em conceber novos usos para as áreas industriais ociosas, mas cometemos erros ao replicar a mesma lógica em lugares distintos, sem um olhar econômico estratégico territorial para a indústria na região. Em que pesem os esforços em manter ou atrair novas indústrias nesses locais, esses casos do Grande ABC demonstram o quanto um problema global, quando falta uma política nacional industrial, afeta de modo multiescalar o território. Com relação aos planos de desenvolvimento econômico e à gestão urbana, os atores devem buscar a sustentabilidade, discutindo como fazer cidades melhores e mais justas, independentemente dos limites e de suas áreas de formação. Visando escapar dessas velhas práticas, seguem sugestões, em uma dimensão multiescalar, com base no caso paulista:



São Caetano do Sul, um dos municípios da Região do Grande ABC
Foto: Reprodução/Prefeitura de São Caetano do Sul



Com relação aos planos de desenvolvimento econômico e a gestão urbana, os atores devem buscar a sustentabilidade, discutindo como fazer cidades melhores e mais justas, independentemente dos limites e de suas áreas de formação."

1. Nível federal:

a. Criação de uma Agência Nacional Estratégica de Territórios Industrializados (ANETI), objetivando a política e a manutenção de centralidade industrial em áreas industrializadas, reunindo instituições ligadas à indústria existentes, representantes da Confederação Nacional dos Prefeitos (principalmente de cidades mais industrializadas), institutos de pesquisa, de tecnologia, instituições de ensino, entre outros atores;

i. Construção de uma Política Nacional Industrial (PNI), orientando as diretrizes e metas de investimento, buscando a interação multiescalar em formato quádrupla hélice;

ii. Troca de informações e posicionamentos entre os ministérios, instituições de pesquisa e confederações ligadas diretamente à indústria para construir o PNI nos curto, médio e longo prazos;

iii. Criação de políticas nacionais de proteção às áreas em processo de desindustrialização e de reestruturação produtiva, priorizando o uso estratégico industrial, bem como criação de financiamento de Projetos de Intervenção Urbana (PIUs).

2. Nível estadual:

a. Criação de um Fórum Estadual Permanente Industrial, abarcando as principais instituições ligadas à indústria, de modo que levem os problemas, os desafios e as tendências para a Agência ANETI no âmbito nacional;

i. Em consonância ao PNI, elaboração de um Plano Estadual Industrial (PEI) nos curto, médio e longo prazos;

ii. Coleta de dados locais sobre as questões ligadas às Zonas de Uso Predominantemente Industrial (ZUPIs) e os conflitos existentes nas Zonas de Uso Misto (ZMs), fomentando um pacto estadual estratégico, criando incentivos e/ou financiamentos estaduais visando à manutenção industrial em cidades e/ou subsídio de novas atividades econômicas e PIUs;

iii. Atuação internacional em conjunto das Secretarias de Desenvolvimento Econômico e de Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo para atrair novas empresas e novos setores em áreas industriais ociosas selecionadas.

3. Nível local/regional:

a. Fortalecimento da ADEGABC, injetando recursos, redesenhando seu formato e suas interações, priorizando a troca entre os Fóruns Permanentes da Indústria Estadual e Regional;

i. Cobrança, pelo Fórum Permanente da Indústria (FPI), de diálogo constante entre o PNI e PEI, traçando Políticas Locais Industriais nos curto, médio e longo prazos;

ii. Utilização de Observatório Regional e das universidades locais para respaldar novas ideias, elaborar planos, políticas públicas e executar pesquisas;

iii. Cobrança das instituições públicas e de empresas privadas de demandas de pesquisa e desafios às universidades;

b. Interação entre a ADEGABC e o CIGABC, cobrando das prefeituras municipais:

i. Elaboração sistemática de mapeamento, dimensionamento e descrição das áreas industriais ociosas, bem como monitoramento dos conflitos entre habitação e indústria em zonas mistas e zonas industriais, que poderão vir a sofrer alterações nos seus usos;

ii. Levantamento dos PIUs existentes e das áreas estratégicas com potencial industrial ou para novo setor, priorizando a integração com as empresas e os serviços existentes.

iii. Atualização dos Planos Diretores Municipais e Regional sobre o contexto da reestruturação produtiva, discutindo a sua interação com os PIUs, bem como estabelecendo critérios e diretrizes para obras de intervenção no espaço urbano;

iv. Atualização dos bancos de dados de empresas ativas, cruzando dados com outras instituições do Estado, discutindo entre as secretarias e instituições as questões jurídicas das áreas industriais ociosas para orientar o seu uso;

v.As Secretarias de Desenvolvimento Econômico e de Desenvolvimento Urbano devem estar em constante contato com o FPI e o setor empresarial, buscando atender as necessidades, observando as dificuldades, os problemas, os desafios e as tendências locais.

Por fim, reforçamos a nossa defesa em prol do intercâmbio entre os profissionais de economia e os planejadores urbanos, visando fortalecer os territórios.



Figuras 1 e 2 – Antiga área da Tecelagem Tognato em São Bernardo do Campo, 1962 e Foto da área do Condomínio Domo, 2019.

Fonte: [1] Médici (1962). Acervo de Ademir Médici. [2] Fonte: Google Earth.



Figuras 3 e 4 – Antiga Cerâmica São Caetano em São Caetano do Sul, 1934 e Foto área do Park Shopping São Caetano do Sul, 2011. Fonte: [3] Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul.

Fonte: [4] Google Earth.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRENNER, Neil. A globalização como reterritorialização: o reescalonamento da governança urbana na União Europeia. Cadernos Metrópole, v. 12, n. 24, p. 535-564, 2010. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4028/402837809010.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

CONCEIÇÃO, Jefferson José da; YAMAUCHI, Gisele; MONEA, Gustavo K. de A. Complexidade tecnológica das exportações do Grande ABC Paulista. In: Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Carta de Conjuntura, ed. 2, abr., 2018. Disponível em: <<http://noticias.uscs.edu.br/uscs-lanca-2a-carta-de-conjuntura/>>. Acesso em: 08 nov. 2021.

_____; YAMAUCHI, Gisele; MONEA, Gustavo K. de A. Mudança no perfil do emprego formal do Grande ABC Paulista nos últimos trinta anos, 1989-2017: como os números devem ser lidos. In: 7ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS. Carta de Conjuntura, ed. 7, abr., 2019. Disponível em: <<http://noticias.uscs.edu.br/uscs-lanca-7a-carta-de-conjuntura/>>. Acesso em: 10.jun.2019.

KLINK. Jeroen J. A cidade-região: Regionalismo e reestruturação no grande ABC Paulista. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

POCHMANN, Márcio. A grande desistência histórica e o fim da sociedade industrial. São Paulo: Ideias & Letras, 2022.

TEIXEIRA, Aparecida Netto. A produção do espaço público no projeto urbano Eixo Tamanduatehy (Santo André, SP). In: Vitruvius arquitextos, 122.04, ano 11, jul., 2010. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.122/3483>>. Acesso em 23 fev. 2018.

TOURINHO, Andréa de Oliveira; YAMAUCHI, Gisele. Área industriais degradadas e processos de requalificação: a experiência do Grande ABC na busca de uma nova centralidade regional. In: Anais XV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Rio de Janeiro, UFRJ, 2018. Disponível em: <<https://www.event3.com.br/anais/xvshcu/83014-areas-industriais-degradadas-e-processos-de-requalificacao--a-experiencia-do-grande-abc-na-busca-de-uma-nova-centr>>. Acesso em: 17 fev. 2022.

_____; _____. Áreas industriais degradadas na Região do Grande ABC Paulista – Velhos problemas, novas ideias. In: Anais XVIII ENANPUR 2019. Natal, UFRN, 2019. Disponível em: <<http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=833>>. Acesso em: 28 fev. 2022.

_____; _____. A Gestão estratégica regional urbana: economia, multi-atores e território. In: Boletim Econômico CORECON ABC, Santo André, CORECON ABC, n. 1, mar., 2022, p. 5-6.

YAMAUCHI, Gisele. A Indústria foi embora, e agora? As áreas industriais ociosas na Região do Grande ABC Paulista: Identificação e dimensionamento da problemática entre 1989 e 2019. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2020, 546 p.

A insegurança alimentar, a agricultura familiar e as perspectivas para o Brasil no governo do novo presidente eleito

Por Maya Takagi



Maya Takagi

Especializada em políticas públicas; é doutora em desenvolvimento econômico e trabalhou na implantação do programa Fome Zero no Brasil. Atualmente é diretora do programa estratégico para reduzir a pobreza rural do escritório regional para América Latina e Caribe da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).



Em geral, é comum ouvir falar de segurança alimentar através de uma dimensão: a falta de acesso a alimentos (em termos de calorias), traduzida na falta de renda para comprá-los (acesso econômico) ou na falta de alimentos suficientes (acesso físico).

Para além da dimensão do acesso, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) considera outros três pilares que completam o conceito de segurança alimentar e nutricional: acessibilidade, que se refere à oferta de alimentos existentes; a estabilidade, em que o acesso não é comprometido por flutuações, sazonalidade ou instabilidade política ou econômica; e a utilização no nível individual, que se refere a quão bem o corpo aproveita os nutrientes dos alimentos. Ao nível familiar, abrange a preparação dos alimentos, a distribuição e a qualidade da alimentação. A partir deste conceito ampliado é possível perceber que, dos quatro pilares, três abrangem a perspectiva econômica.

Além disso, mais recentemente, foram agregados mais dois pilares: sustentabilidade econômica, social e ambiental; e a capacidade de indivíduos e grupos de fazer suas escolhas alimentares.

O primeiro pilar está associado à capacidade individual ou familiar de obter renda suficiente para a alimentação e para outros custos de vida. Isto implica não somente no nível de educação dos(as) chefes de família, mas também na capacidade do país de gerar empregos e investimentos em setores que beneficiem os mais vulneráveis, buscando ao mesmo tempo diminuir a desigualdade.

Um exemplo é a política de recuperação do salário mínimo, que tem um impacto direto na renda daqueles que dependem dele para correção de seus salários ou benefícios, e daqueles que dependem de aposentadoria ou benefícios assistenciais.

Segundo Hoffmann (2020)¹, o salário mínimo funciona como um “farol” para a população de baixa renda, e seu aumento, em especial no período de 2002/2003 até 2014, contribuiu para a redução da desigualdade da distribuição da renda domiciliar *per capita*.

Já nas áreas rurais, onde se concentra a extrema pobreza, um mecanismo clássico é a reforma agrária, que promove o uso equitativo das terras como ativos produtivos. É um mecanismo importante e fundamental quando combinado com políticas de incentivo à produção, como crédito rural, assistência técnica, acesso a ciência e tecnologia, uma vez que a desigualdade intensifica a heterogeneidade estrutural da agricultura na América Latina e no Caribe.



Isto implica (...) também na capacidade do país de gerar empregos e investimentos em setores que beneficiem os mais vulneráveis, buscando ao mesmo tempo diminuir a desigualdade."

Outro mecanismo que promove o acesso à alimentação e ao mesmo tempo atua na distribuição de renda é o sistema de proteção social, por intermédio da transferência de renda a famílias mais pobres. Ferreira de Souza et al. (2019), ao analisar 15 anos da implementação do programa Bolsa Família, concluiu que o programa reduziu a pobreza em 15% e a extrema pobreza em 25%, e foi responsável por 10% da redução da desigualdade entre 2001 e 2015².

O segundo pilar diz respeito à disponibilidade, e está associado à capacidade de um país de produzir, comercializar e importar alimentos. Estas três capacidades estão associadas a políticas e à atuação de natureza econômica, como políticas agrícolas, de abastecimento, de comércio e a maneira de atuar do Estado, que funcionam como incentivo para a atuação do setor privado.

As políticas agrícolas e comerciais podem ser inclusivas aos agricultores familiares e de pequena escala, principalmente no que tange a disponibilidade e acesso, ao ampliar a renda dos mais pobres nas áreas rurais. Também têm um papel importante no uso sustentável dos recursos naturais, na preservação da biodiversidade, e no combate aos efeitos das mudanças climáticas.

Políticas voltadas para a agricultura familiar foram inovações importantes introduzidas pelo Brasil no início dos anos 2000, e contribuíram para ampliar o acesso a crédito

diferenciado, políticas de compras públicas da agricultura familiar, políticas de produção de sementes e a políticas de agroecologia.

O terceiro pilar trata da estabilidade e da regularidade da alimentação, ou seja, da renda das famílias e da geração de empregos preferivelmente formais. Também diz respeito ao custo da alimentação, que sofre com a inflação. Como temos visto nos últimos anos, vários fatores têm afetado o custo de vida, e as famílias mais pobres sofrem mais com a inflação de alimentos, uma vez que a alimentação tem um peso no orçamento cinco vezes maior (Belik, org. 2020³). Por isso o reajuste salarial e de programas de transferência de renda são importantes, para que possam manter a capacidade de compra da população mais pobre.

Outro fator é a capacidade de atuar em casos de emergência, como secas, inundações, deslizamentos, e pandemias, como a Covid-19. Os benefícios adicionais nestes casos são essenciais para ajustar perdas muito fortes de renda, casa e meios de subsistência.

Já o pilar da utilização diz respeito à qualidade da alimentação e à capacidade do organismo de absorver os nutrientes necessários. A saúde do organismo humano está associada ao acesso da população a informação e a serviços de saúde, cujo baixo acesso em geral penaliza aos mais pobres. Por exemplo, uma criança sem acesso a saneamento básico estará mais



Vários fatores têm afetado o custo de vida, e as famílias mais pobres sofrem mais com a inflação de alimentos, uma vez que a alimentação tem um peso no orçamento cinco vezes maior."



sujeita a doenças infecciosas que prejudicam a absorção de nutrientes de alimentação, mesmo que os alimentos sejam acessíveis.

Mas para além das políticas (econômicas) que afetam os quatro pilares da segurança alimentar e nutricional, é importante levar em consideração o custo da insegurança alimentar e da má nutrição. O Programa Mundial de Alimentos (WFP) e a CEPAL estimam que o custo médio da dupla carga da má nutrição em países da região se situa ao redor de 3.7% do PIB, variando entre 17.3% em países como Guatemala e 0,2% no Chile⁴. Ou seja, combater a fome e investir na boa nutrição da população traz impactos positivos na qualidade de vida e benefícios econômicos para os países.

Por fim, com todos os efeitos das mudanças climáticas no mundo, é importante reforçar que o sistema agroalimentar precisa ampliar os modos sustentáveis de produção, com uso racional de recursos naturais como solo e água, além de preservar a biodiversidade.

Embora o conceito de segurança alimentar e nutricional carregue elementos econômicos em sua base, é importante reforçar que sua garantia precisa de uma visão holística. A abordagem baseada em Direitos Humanos, por exemplo, ajuda a abordar as desigualdades que estão no cerne dos problemas de desenvolvimento, a fim de enfrentá-los.

O conceito de segurança alimentar e nutricional do Brasil por intermédio da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional reforça o entendimento de que a alimentação não pode ser usada como instrumento de troca por qualquer benefício por parte do poder público ou privado, e agrega também o conceito cultural. Há uma diversidade nos países que abraçam comunidades indígenas, afrodescendentes, ribeirinhas, nômades e pastoralistas, que têm seus hábitos culturais ameaçados.

Mas, acima de tudo, o que mostra o conceito amplo é que apenas um setor ou ministério não é capaz de garantir a integridade do conceito e o cumprimento dos diversos pilares. A importância da articulação interministerial é chave para buscar coerência e coordenação entre as políticas.

A priorização geográfica, os critérios comuns de identificação das famílias mais vulneráveis, e o reforço do conceito do direito humano são aspectos fundamentais que o novo governo pode trazer ao colocar o combate à fome e a garantia de segurança alimentar e nutricional no centro de sua agenda.

Sabemos que o país tem um grande desafio à frente, mas é possível reverter este cenário para avançar e alcançar a meta de acabar com a fome, a insegurança alimentar e todas as formas de má nutrição até 2030.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 Desigualdade de renda no Brasil, 1995-2019: diversas distribuições e o impacto do desemprego. In: in RBEST Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho · Setembro 2020. <https://doi.org/10.20396/rbest.v2i.14205>

2 Os efeitos do programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea. https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9356/1/td_2499.pdf

3 Um retrato do sistema alimentar brasileiro e suas contradições. Instituto Ibirapitanga e Imaflora. Out.2020 Disponível em: https://www.ibirapitanga.org.br/wp-content/uploads/2020/10/UmRetratoSistemaAlimentarBrasileiro_%C6%92_14.10.2020.pdf.

4 “Este custo está associado aos custos do sistema de saúde, de perda de produtividade laboral, e custos por repetência escolar. PMA: El costo de la doble carga de la malnutrición” <https://es.wfp.org/publicaciones/el-costo-de-la-doble-carga-de-la-malnutricion-0>

Índice de Miséria Ampliado: resultados e perspectivas

Por João Hallack Neto e João Saboia



João Hallack Neto

Pesquisador do IBGE e doutor em economia pela UFRJ. Atua na área de indicadores sociais e no Sistema de Contas Nacionais. É conselheiro do Corecon-RJ. Foi professor colaborador da PUC-Rio e da ENCE-IBGE.



João Saboia

Engenheiro eletrônico pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre em engenharia de produção, mestre e doutor em engenharia industrial e pesquisa operacional na Universidade da Califórnia - Berkeley e pós-doutor em economia na Universidade de Paris. Atualmente é professor emérito da UFRJ.

O Índice de Miséria foi originalmente criado pelo economista Arthur Okun (1928-1980) durante o governo norte-americano de Lyndon Johnson na década de 1960, a fim de ser utilizado como uma das ferramentas de monitoramento da economia dos EUA¹. A concepção do índice partiu da ideia de que inflação e desemprego estariam inversamente correlacionados, conforme sugerido pela curva de Phillips². Em outras palavras, em uma conjuntura recessiva, o desemprego tenderia a crescer ao mesmo tempo em que a inflação diminuiria, enquanto em uma conjuntura expansiva o desemprego tenderia a cair e a inflação a aumentar. O índice original é calculado simplesmente pela soma da taxa de



inflação e de desemprego. Assim, quanto maior seu valor, pior seria a situação da população de um determinado país.

A proposta de Índice de Miséria Ampliado³ surgiu como forma de complementar o Índice de Miséria em busca de um retrato um pouco mais amplo da realidade do país mantendo, ao mesmo tempo, sua simplicidade. Em vez de duas, são consideradas quatro dimensões em seu cálculo na modalidade trimestral.

A inflação é uma informação fundamental, mantida na nova versão do índice a partir da utilização do INPC. Trata-se de um indicador mais apropriado do que o IPCA para avaliar a evolução do custo de vida da população mais pobre. A taxa de desocupação foi substituída pela taxa de subutilização da força de trabalho, que inclui, além dos desocupados, os que trabalham menos horas do que o desejado e a força de trabalho potencial (desalentados ou não). Trata-se de uma medida mais ampla sobre o monitoramento do mercado de trabalho que passou a ser recomendada mais recentemente pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A fim de incorporar uma medida de renda ao Índice de Miséria Ampliado foi introduzido o rendimento médio da força de trabalho (ocupados e desocupados). O ideal seria incluir todos os rendimentos, e não apenas os do trabalho, mas, na falta de informações trimestrais na PNAD Contínua, utiliza-se o rendimento médio do trabalho por ser a principal fonte de renda da população. Na versão anual do índice, disponível até 2021, a dimensão renda é calculada com o indicador rendimento médio total domiciliar per capita do quinto de mais baixos rendimentos da distribuição populacional.

Complementando o novo índice de miséria, foi também adicionada uma medida sobre o nível de inadimplência das pessoas físicas, obtida a partir de informações da Confederação Nacional do Comércio (CNC). Este indicador está associado, principalmente, às dívidas em atraso com cartão de crédito, cheque especial e crediário. Os altos valores encontrados para a inadimplência no período recente deixam nítida a emergência da questão e a situação precária de importante parcela da população brasileira.

Para a elaboração do índice, foram utilizados os dados trimestrais dos quatro indicadores desde 2012, quando o IBGE iniciou a divulgação das informações da PNAD Contínua.

A inflação teve seu melhor desempenho entre 2017 e 2020 e o pior na crise de 2015/2016 e a partir do final de 2020. No segundo trimestre de 2022 atingiu o nível mais elevado na série (12% em 12 meses), recuando no trimestre seguinte.



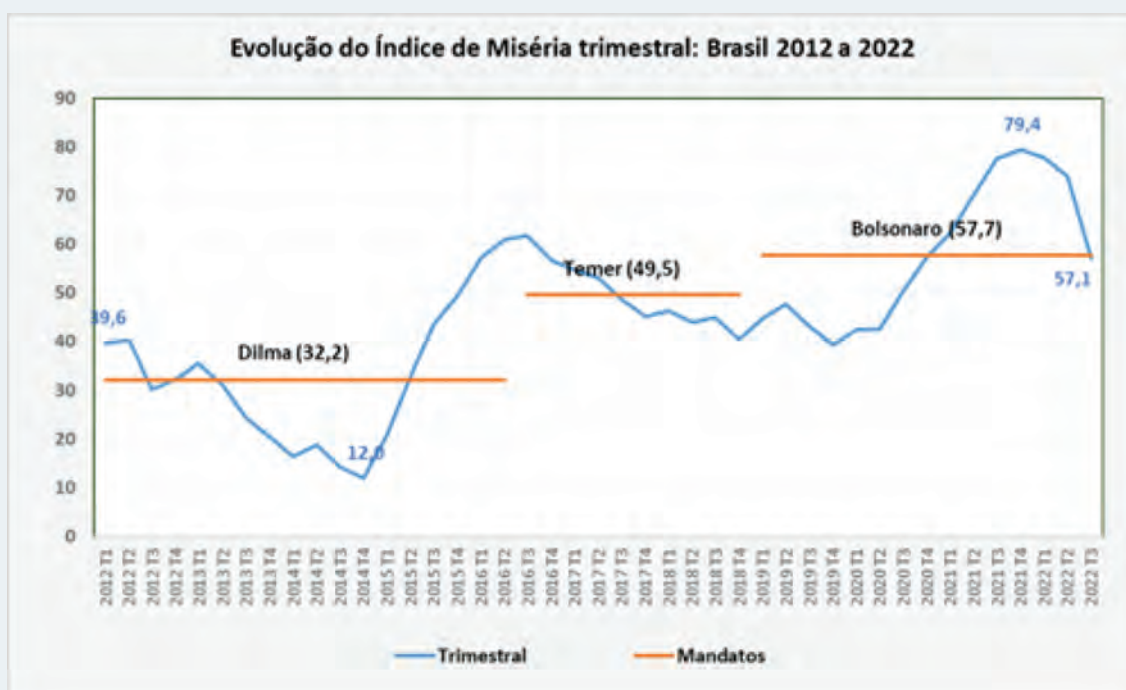
Foto: Reprodução/Tânia Rego/Agência Brasil

A subutilização da força de trabalho diminuiu até 2014, iniciando em 2015 um movimento contínuo de crescimento até atingir a taxa máxima de 30,4% no terceiro trimestre de 2020. Após um período em patamar elevado, passou a recuar a partir do trimestre final de 2021.

O rendimento médio da força de trabalho sofreu bastante nas duas crises recentes (2015/2016 e 2020/2021). Seu nível mais elevado ocorreu em fins de 2014 e o mais baixo no último trimestre de 2021. Nos trimestres seguintes, embora com leve alta, permaneceu em patamar baixo frente aos anos 2013-2014.

Com relação à inadimplência da população, houve queda até o início de 2015, seguida de tendência de elevação. Ela tem se mantido em níveis altos nos últimos anos, atingindo o valor mais elevado (29,5% das pessoas físicas) no terceiro trimestre de 2022, ou seja, no resultado mais recentemente disponível.

A transformação das quatro variáveis com escalas e unidades não coincidentes no Índice de Miséria Ampliado foi realizada com a metodologia semelhante à do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU. Cada variável é transformada em um número entre zero em 100, sendo zero a melhor situação observada no período analisado e 100 a pior situação, ou seja, o Índice de Miséria mais alto. Em seguida é feita a média dos quatro indicadores para a obtenção do índice, que tem como característica ser adimensional. Os resultados estão apresentados no gráfico.



Fonte: Processamento dos autores com base em IBGE, Pnad Contínua e CNC, PEIC.

O período do governo Dilma (os resultados iniciam no segundo ano de seu governo) foi o mais favorável. Partindo do valor 40,1 houve queda do índice na maior parte do tempo até o quarto trimestre de 2014, quando atingiu 13,4. A partir do início de 2015, houve forte aumento até seu impeachment, em meados de 2016, quando chegou a 66,1. Em média, o Índice de Miséria Ampliado durante seu governo ficou em 32,2. Ao longo do período Temer o índice foi caindo suavemente, partindo de 61,7 no terceiro trimestre de 2016 até 40,3 no último trimestre de 2018. Em média, ficou em 49,5 durante seu governo.

Ao analisar o período do governo Bolsonaro, observa-se certa flutuação do índice até meados de 2020 e uma disparada a partir de então. Enquanto não passava de 42,5 no segundo trimestre de 2020, atingiu 79,4 no final de 2021, o valor mais alto de todo o período analisado. Em termos

médios, o período Bolsonaro apresenta também o valor mais elevado comparativamente aos demais (57,7).

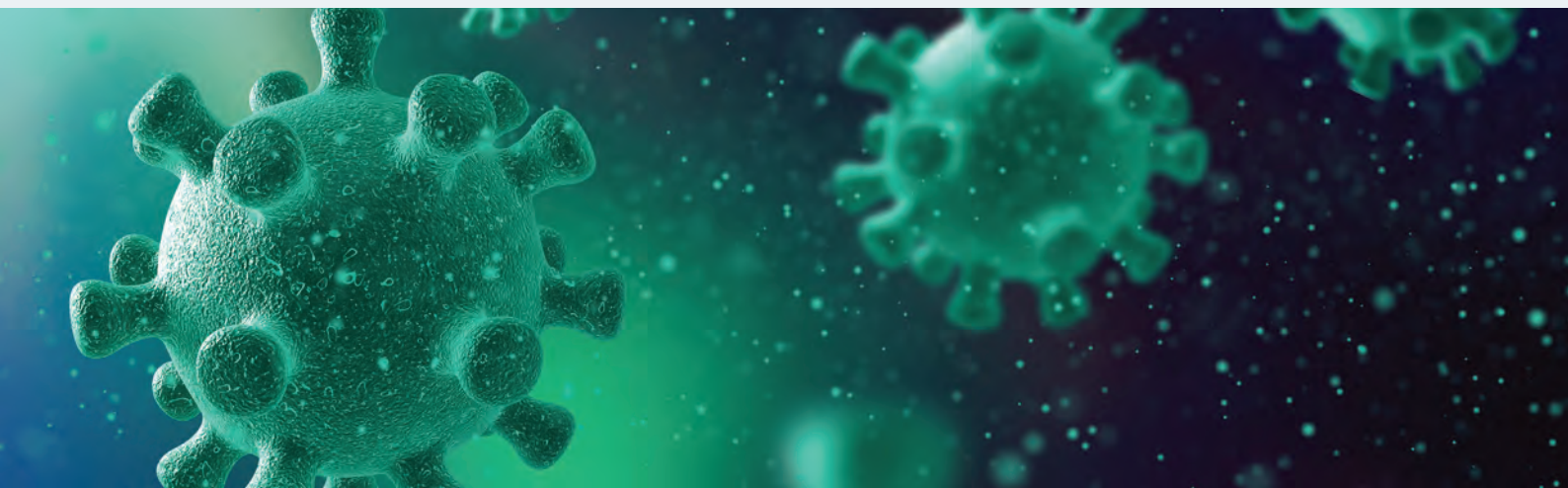
Sem dúvida, a crise sanitária e econômica resultante da pandemia de Covid-19 contribuiu para a subida do Índice de Miséria Ampliado, mas a demora e a dificuldade em reverter o movimento de alta do índice mostrou a incapacidade do governo em melhorar o bem-estar da população após mais de dois anos do início da pandemia. Diante da percepção geral da população de que a qualidade de suas vidas caíra fortemente, o governo Bolsonaro tomou uma série de medidas tipicamente eleitoreiras na tentativa de reverter sua rejeição, uma vez que o pleito se aproximava.

As primeiras foram as mudanças no pagamento dos precatórios e na flexibilidade do teto dos gastos para aumentar o volume de recursos para as despesas públicas em 2022. Entre as medidas implementadas em meses anteriores à eleição, e com validade até o final do ano, houve a liberação de recursos do FGTS, a antecipação do 13º de aposentados

e pensionistas do INSS, a criação do Vale Gás para os mais pobres, e a desoneração de preços dos combustíveis e da energia visando à redução da inflação.

Houve também a substituição do Programa Bolsa Família pelo Auxílio Brasil (AB), com posterior aprovação de Emenda Constitucional para que seu valor correspondesse a R\$600 mensais, até o final de 2022. A antecipação do calendário do pagamento do benefício de outubro foi outra medida visando à eleição, assim como um novo recurso extra para os taxistas e a renegociação das dívidas de pessoas e empresas na Caixa Econômica Federal (CEF). No início de outubro foi anunciado o crédito consignado para os beneficiários do AB, uma medida muito criticada pelo potencial de endividamento da população mais vulnerável, que receberá valores mais baixos nos meses subsequentes à obtenção do empréstimo.

Como resultado desse “pacote eleitoreiro”, o Índice de Miséria Ampliado recuou no terceiro trimestre de 2022, e a tendência é que, com o



“A crise sanitária e econômica resultante da pandemia de Covid-19 contribuiu para a subida do Índice de Miséria, mas a demora e a dificuldade em reverter o movimento de alta do índice mostrou a incapacidade do governo em melhorar o bem-estar da população.”

aquecimento do mercado de trabalho, típico em finais de ano, e a manutenção das medidas até dezembro, o índice siga em tendência de queda no quarto trimestre. Mas, por conta da ainda baixa renda do trabalho e da alta inadimplência, esta queda deverá perder força.

Uma característica do movimento da queda recente do índice é sua fundamentação em medidas pontuais e de prazos curtos de validade. A partir de janeiro de 2023, a tendência “gravitacional” é que o Índice de Miséria Ampliado volte a subir, sobretudo porque o país prossegue com juros elevados que inibem o crescimento econômico e contribuem para a manutenção dos níveis altos de inadimplência. O término das medidas artificiais de controle inflacionário dará impulso ao INPC, e os empréstimos consignados do AE, concedidos em alto volume pela CEF, atuam no sentido de aumentar o endividamento e a inadimplência, piorando os números do Índice de Miséria Ampliado.

Assim, o futuro vai ser definido pelo grau de sucesso da política econômica do governo Lula. Se conseguir implementar o que está em seu programa, o índice deverá diminuir, mas as dificuldades serão grandes. O governo Lula trabalha para prover recursos e

acomodar a manutenção do programa social com o benefício de R\$ 600 mensais para as famílias mais pobres, adicionando R\$ 150 por crianças no domicílio. Outras medidas propostas são a concessão imediata de aumento real do salário-mínimo, a renegociação de dívidas vencidas das pessoas físicas e a adequação dos preços de energia aos custos internos, modificando a política de atrelamento ao preço internacional. Este conjunto de políticas, se efetivado, daria impulso aos rendimentos, total e da força de trabalho, e contribuiria para a redução da inadimplência e da inflação em 2023, melhorando o Índice de Miséria Ampliado.

Entretanto, para que o índice atinja os níveis mais baixos da série histórica, será necessário alcançar o crescimento econômico sustentado com a dinamização do mercado de trabalho e a geração de empregos de qualidade, o que reduziria a subutilização e elevaria significativamente os rendimentos médios. Para tanto, além da manutenção dos programas sociais, será necessária a conjugação de políticas macroeconômicas bem-sucedidas e investimentos mais amplos em diversas áreas que até então foram relegadas, tais como infraestrutura e ciência e tecnologia.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Nessen, Ron. (2008) The Brookings Institution’s Arthur Okun – Father of the “Misery Index. Dec.

Okun, Arthur (1962). Potential GNP: Its measurement and significance. American Statistical Association, Proceedings of the Business and Economic Statistics Section.

Saboia, João; Hallak Neto, João; Roubaud, François (2022). Bolsonaro e o Índice de Miséria, Valor Econômico, jun.

Saboia, João e Hallak Neto, João (2022) Proposta de um Índice de Miséria Ampliado para o Brasil. UFRJ, Instituto de Economia, Texto para discussão nº 022.

A DESCOMPLICANDO ECONOMIA

Publicações semanais em quadrinhos com conceitos econômicos mais acessíveis ao público em geral.



Saiba mais!

Os três pilares para a política macroeconômica do próximo governo

Por Fernando de Aquino

Os bons resultados, econômicos e sociais, alcançados pelos dois primeiros mandatos de Lula são inegáveis – manutenção da estabilidade de preços, minimização dos efeitos da crise financeira internacional de 2008, intensa geração de empregos formais, valorização do salário mínimo, elevação dos rendimentos do trabalho, ampliação do acesso ao ensino superior, substancial redução da pobreza. O que não chegou a ser plenamente contemplado foi manter ritmo de crescimento satisfatório, assim como elevar a produtividade. Num próximo mandato, para retomar as políticas de inclusão e ainda elevar satisfatoriamente



Fernando de Aquino

Economista pela UFPE, mestre em economia pelo Pimes/UFPE e doutor em economia pela UnB. Foi presidente e vice-presidente do Corecon-PE de 2011 a 2017. É analista do Banco Central do Brasil. Também é conselheiro e coordenador da Comissão de Política Econômica do Cofecon.

produção e produtividade, até para fortalecer e dar sustentabilidade aos ganhos sociais, serão indispensáveis ajustes nos regimes de política monetária e fiscal.

Acumulamos décadas de crescimento econômico pífio, produtividade estagnada e taxas de juros exorbitantes. Certamente, não se trata de coincidência. Não se tem tido como competir com o retorno do capital financeiro. Temos precisado de um *animal spirit* bem exagerado para nos aventurar em investimentos produtivos fora de alguns nichos privilegiados. Não tem sido suficiente. Teremos que reduzir muito nossos juros para manter ritmo de crescimento capaz de beneficiar a todos. As razões alegadas para a manutenção dessas taxas em níveis tão elevados têm sido o controle da inflação e a cobertura dos riscos avaliados pelos agentes que carregam nossos títulos públicos.

Algumas políticas podem colaborar com o controle da inflação, evitando que apenas a taxa de juros tenha que realizar todo o trabalho. Seria pela atuação do governo nos mercados do setor real. No curto prazo, tais ações envolveriam a redefinição dos critérios de formação de preços dos derivados de petróleo, substituindo a paridade de preços de importação pelos reais custos de produção, compostos por uma parcela interna, além da instituição de um fundo para reduzir a volatilidade remanescente. Para outros setores críticos, auxiliaria a utilização de impostos indiretos, em particular



```
mirror_mod.use_y = False  
mirror_mod.use_z = False  
elif _operation == "MIRROR Y":  
    mirror_mod.use_x = False  
    mirror_mod.use_y = True  
    mirror_mod.use_z = False  
elif _operation == "MIRROR Z":  
    mirror_mod.use_x = False  
    mirror_mod.use_y = False  
    mirror_mod.use_z = True  
  
#selection at the end -add back the delected mirror modifier object  
mirror_ob.select= 1  
modifier_ob.select=1  
bpy.context.scene.objects.active = modifier_ob  
print("Selected" + str(modifier_ob)) # modifier ob is the active ob  
mirror_ob.select = 0  
#one = bpy.context.selected_objects[0]  
#bpy.data.objects[one.name].select = 1  
print("please select exactly two objects, last one gets the modif
```



sobre importação e exportação. No médio e longo prazos, a reestruturação de estoques reguladores para produtos agropecuários, assim como o investimento em formas mais baratas de geração de energia elétrica, como a hidroelétrica, a solar e a eólica, essas últimas ainda propiciando redução da dependência das chuvas, poderiam contribuir muito para o controle da inflação.

Essa atuação nos mercados já permitiria que taxas de juros mais baixas fossem suficientes para o controle da inflação, mas a alteração no modelo de política monetária também poderia viabilizar redução nessas taxas. O Banco Central do Brasil (BCB) mantém modelo praticado pelos bancos centrais em geral até a crise de 2008, em jurisdições com sistema financeiro suficientemente desenvolvido, centrado no controle da taxa de juros de curtíssimo prazo (a Selic). Contudo, as taxas relevantes para afetar inflação e investimentos produtivos são as de prazos mais longos, que nesse modelo tradicional do BCB são influenciadas, mas

não determinadas, pela Selic, pois carregam expectativas, volatilidades e prêmios por aversão a riscos, conforme avaliações do mercado.

A partir da crise de 2008, bancos centrais dos países desenvolvidos passaram a adotar programas de compras de ativos para reduzir as taxas de juros mais longas, como já vinha fazendo o Banco do Japão, o qual também saiu na frente com metas explícitas para essas taxas mais longas desde 2016. Estudos empíricos mostraram que, no Japão, tais metas, para apenas um prazo, têm permitido o controle e redução de volatilidade de toda a curva de juros. Caso esse modelo fosse aplicado pelo BCB, com as devidas adaptações, e funcionasse adequadamente, taxas longas menores poderiam ser suficientes para cumprir seu papel no controle da inflação e a taxa de um dia perderia importância na determinação da curva, podendo assim ter valores muito inferiores aos da atual Selic.

A grande mídia tem associado aumento de gastos públicos sempre a desvios e desperdícios



“Em todo caso, aumento de gastos públicos, para financiar investimentos em infraestrutura e em ciência e tecnologia e para capitalizar bancos públicos, por exemplo, serão indispensáveis.”

de recursos, que seriam pagos com elevação de tributos, penalizando empresas e consumidores, e maior endividamento, levando a algo como um “caos”, provocado por um “governo quebrado”, como aconteceria em um orçamento familiar. Com essas perspectivas, exigem regras, como o teto de gastos, que contenham esse dispêndio. De fato, os gastos públicos precisam ser limitados, dado que aumenta a demanda por bens e serviços, que não será atendida se estiver acima da capacidade produtiva da economia, gerando apenas pressão sobre os preços.

Contudo, o atual teto não tem esses propósitos. Conforme a regra vigente, o seu valor real é mantido, mesmo com a população crescendo, o que aumenta a necessidade de mais despesas sociais, como em saúde e educação, ou a produção e arrecadação crescendo, o que aumenta a capacidade de financiamento desses gastos. Em realidade, o propósito buscado com o atual teto seria a contínua redução nas dimensões do Estado, em direção ao “Estado mínimo”, onde todo o funcionamento da economia fosse determinado no mercado. Enfim, instituir uma “lei da selva”, excludente e concentradora, em nome de uma discutível eficiência. Não será esta a diretriz vencedora, caso Lula seja eleito para um terceiro mandato.

É preciso gastar, mas também melhor, com elevação de produtividade, do que o ocorrido, até nos próprios governos do PT. Pode ter a participação do capital privado e deve ter planejamento, metas, critérios e avaliações bem definidos. Em todo caso, aumento de gastos públicos para financiar investimentos em infraestrutura e em ciência e tecnologia e para capitalizar bancos públicos, por exemplo, serão indispensáveis. Nessas circunstâncias, novamente precisa entrar em cena a política macroeconômica. Parte do financiamento desse dispêndio pode vir do endividamento, desde que não venha a ser explosivo. Com gastos que promovam o crescimento econômico, um aumento transitório no endividamento público seria parcialmente compensado com o aumento de arrecadação futura, assim como relativizado com um PIB mais elevado. Uma calibração afastaria o risco de explosão da dívida.

Em síntese, comentamos três pilares necessários para a política macroeconômica:

- i. Agir nos mercados, para colaborar com a política monetária de controle da inflação;
- ii. Desmontar a armadilha de juros exorbitantes, com metas para taxas mais longas;
- iii. Afastar o risco de endividamento público explosivo, realizando apenas os gastos que possam ser acomodados nas presentes e futuras arrecadações e dívidas.



O legado de Celso Furtado como fonte de inspiração nas formulações de políticas de desenvolvimento em níveis regional e nacional

Por André Furtado

O legado de Celso Furtado para as novas gerações de economistas e para todos aqueles que buscam usar o conhecimento para transformar a realidade socioeconômica é muito amplo. Sua trajetória pessoal e seu exemplo de vida inspiram e inspirarão muitas gerações - talvez porque sua experiência pessoal seja única e porque ele viveu um momento singular da vida nacional e internacional.



André Furtado

Economista, mestre e doutor em Ciências Econômicas pela Universidade de Paris I (Pantheon-Sorbonne). Atualmente é professor do Departamento de Política Científica e Tecnológica do Instituto de Geociências da Unicamp. Publicou 95 artigos em periódicos especializados e 113 trabalhos em anais de eventos. Possui 34 capítulos de livros e 3 livros publicados.



Esse momento singular foi o fim da segunda guerra mundial e a derrota do nazi-fascismo, que ele presenciou pessoalmente ao participar da força expedicionária brasileira. No pós-guerra descortina-se uma nova ordem mundial bipolar, na qual o Brasil estava inserido como país capitalista sob a hegemonia americana, e constitui-se a Organização das Nações Unidas. Nessa nova instituição insere-se a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) que terá uma influência decisiva para sua formação intelectual. Também no plano internacional presencia-se ao despertar da temática do desenvolvimento do mundo subdesenvolvido, que se processa com a descolonização de muitos países da África e Ásia. Importantes instituições internacionais tais como o Banco Mundial e o FMI passaram a tratar das questões do desenvolvimento.

Nesse contexto de transformação, o jovem economista Celso Furtado, que fizera o seu doutorado na Universidade de Paris, ingressou na recém-criada CEPAL para estudar e entender os problemas socioeconômicos dessa região e propor soluções para a superação do subdesenvolvimento.

É importante salientar que as transformações não estavam somente ocorrendo na ordem mundial. O pensamento econômico, que era dominado pela teoria neoclássica, também estava passando por um crescente questionamento. No plano teórico presenciava-se à ascensão do Keynesianismo, que contestava o paradigma do livre-mercado como a melhor forma de alocação dos recursos (ótimo Paretiano) e colocava que o subemprego das forças produtivas, decorrente dos mecanismos de livre-mercado, somente seria superado por meio da intervenção do Estado na economia. Essas proposições eram consideradas uma heresia pelo pensamento ortodoxo. Schumpeter, por seu lado, criara uma nova teoria do desenvolvimento econômico baseada na inovação, que contestava o paradigma do equilíbrio tão caro à corrente neoclássica. Na prática, em diversos países tanto capitalistas como socialistas, o Estado, estava interferindo cada vez mais na economia para promover o crescimento acelerado e a industrialização.

Em meio a essa ebulição intelectual, os jovens economistas da CEPAL, sob a liderança intelectual de Raul Prebisch, começaram um processo de desconstrução do pensamento econômico hegemônico da corrente liberal na periferia do capitalismo. Celso Furtado foi talvez a mais completa tradução desse processo de desconstrução e reconstrução do pensamento econômico.



Celso Furtado (...) ingressou na recém-criada CEPAL para estudar e entender os problemas socioeconômicos dessa região e propor soluções para a superação do subdesenvolvimento.



Foto: Reprodução/Cepal, ONU

Esse novo projeto intelectual se dividiu em diversas frentes. O primeiro desafio era de entender a situação de subdesenvolvimento que caracterizava os países da região. Para isso foi necessário erguer um corpo de ideias que pudesse descrever o que era essa situação socioeconômica e aplicá-lo para explicar os problemas enfrentados por esses países. O uso do ferramental da macroeconomia foi de fundamental importância. Porém foi da análise da dinâmica do comércio exterior, com a secular tendência de deterioração dos termos de troca dos países exportadores de matérias-primas, que surgiram os primeiros conceitos que permitiram desconstruir a teoria das vantagens comparativas que sustentava as práticas liberais de comércio exterior. As elasticidades renda divergentes da demanda internacional de matérias-primas e da demanda de importações dos países periféricos explicavam esse processo. Essa tese emanou dos trabalhos pioneiros de Raul Prebisch e Hans Singer.

Coube a Celso Furtado aplicar esse novo quadro conceitual à economia brasileira, porém enriquecendo-o com o arcabouço Keynesiano e da análise macroeconômica. Ele demonstrou que os efeitos negativos da especialização produtiva na produção de matérias-primas foram amenizados durante o período primário-exportador por meio da aquisição pelo Estado de estoques reguladores e do controle da oferta de café no mercado internacional. Também revelou que quando a crise de 1929 inviabilizou o sistema de divisão internacional do trabalho

organizado em torno da economia britânica, a política de compra do café do governo permitiu manter a renda interna e induzir o crescimento industrial orientado ao mercado interno.

Do mesmo modo fez parte desse diagnóstico da situação latino-americana e brasileira a proposição de que a única saída para o desenvolvimento econômico era a industrialização. Contudo, essa industrialização enfrentava obstáculos internos, que eram devidos ao desequilíbrio entre a capacidade de importar,

limitada pela deterioração dos termos de troca, com as crescentes necessidades de investimento requeridas pela expansão da economia e pelo processo de industrialização. O desequilíbrio das contas externas estava por trás da inflação que afligia os principais países da região e não o déficit público ou a excessiva emissão de moeda, como apontavam os economistas liberais.

Esse diagnóstico sobre as causas da inflação nos países periféricos redundava em importantes recomendações em matéria de política econômica. Não se tratava de reduzir a emissão de moeda ou o gasto público para fazer frente ao aumento de preços, pois isso não iria resolver o problema estrutural de desajuste entre as elasticidades das exportações e das importações. Essa política somente condenaria essas economias a um baixo crescimento, perpetuando-as na condição de economias subdesenvolvidas.

O segundo desafio foi o de indicar um caminho de saída para essas economias. Novamente, ao contrário do pensamento liberal que recomendava os mecanismos de mercado como sendo a natural solução aos problemas da região, e mesmo contrapondo-se a um certo fatalismo de alguns como Eugênio Gudín, que colocava o clima e a geografia como fator explicativo do atraso brasileiro, coube a Celso Furtado e à CEPAL propor um modelo alternativo, apoiado na ideia de planejamento.

O planejamento da CEPAL distinguia-se do soviético ou do francês, que na época serviam de modelo. Retomo aqui as próprias palavras de Celso Furtado:

“Tratava-se de inventar técnicas que permitissem colocar diante da sociedade o horizonte de opções permitido pela estrutura existente e pelo esforço de mudança consentido. Diríamos: está aqui o mapa de suas possibilidades; tudo tem preço, cada coisa que se obtém paga-se com outras a que renunciamos; o fator tempo está metido em tudo, tempo irreversível. Dessa forma, o sistema de decisões adquiriria uma grande transparência, permitindo alcançar um maior grau de racionalidade e de responsabilidade na política.” (Celso Furtado, 1985, p. 130)

Foi construído um ferramental que seria chamado de programação econômica onde seria possível identificar qual era o potencial de crescimento da economia. Como o principal fator limitante para esse crescimento era o chamado “estrangulamento externo”, a ferramenta poderia ser usada para amenizá-lo por meio da redução do coeficiente de importação, ou seja,

intensificando o processo de industrialização por substituição de importações.

Esse ferramental foi aplicado ao Brasil pelo grupo misto BNDE-CEPAL, liderado por Celso Furtado, e deu lugar ao pioneiro exercício de projeção do crescimento da economia brasileira no período 1955-1962, o qual subsidiou o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek.

Todavia a técnica do planejamento não é neutra e pressupõe que a sociedade faça escolhas políticas sobre quais são os objetivos prioritários e sobre os meios que está disposta a mobilizar para alcançar tais fins. Como é dito por Furtado, cabe ao economista esclarecer os decisores políticos sobre a natureza e as consequências dessas escolhas.

Porém, a atuação de Celso Furtado não se restringiu a recomendar a industrialização acelerada para o Brasil. Ele foi muito além, revelando que a industrialização não era suficiente para corrigir os problemas do subdesenvolvimento. No rastro do crescimento acelerado ficavam segmentos majoritários da população que permaneciam excluídos dos benefícios do desenvolvimento. Nesse contexto



“O desequilíbrio das contas externas estava por trás da inflação que afligia os principais países da região e não o déficit público ou a excessiva emissão de moeda, como apontavam os economistas liberais.”

era cada vez mais evidente que a industrialização estava se concentrando nas regiões mais ricas do país, enquanto as regiões mais pobres eram marginalizadas desse processo. Uma dinâmica perversa centro-periferia, anteriormente descrita para a ordem internacional, se instaurava no plano nacional, relegando ao atraso importantes regiões como o Nordeste.

Para superar esse círculo vicioso diagnosticado por Furtado, convinha também instaurar o planejamento em escala regional, para romper as amarras socioeconômicas do atraso e oferecer uma perspectiva coletiva de desenvolvimento. Nesta ocasião, ao liderar o projeto da Sudene irá buscar construir um consenso político para promover esse projeto. Porém, apesar da grande originalidade dessa iniciativa e do impacto para a tomada de consciência dos caminhos necessários a serem trilhados no desenvolvimento regional, as resistências de grupos sociais dominantes seriam crescentes. A mesma resistência se evidenciará, quando após um esforço hercúleo ele irá produzir o Plano Trienal, cujo objetivo era recolocar a economia brasileira na trilha do desenvolvimento. A resistência crescente das elites às recomendações de reformas colocadas como necessárias, levará à cassação de seus direitos políticos no golpe de 1964.

Não pretendo resumir a trajetória rica e complexa desse economista, mas talvez buscar resgatar elementos que possam nos orientar nos dias de hoje para jovens que queiram, como ele, formular políticas de desenvolvimento nacional e regional.

Eu diria, em primeiro lugar, que os formuladores de políticas de desenvolvimento, tanto em nível nacional quanto regional, devem buscar pensar fora dos sistemas dominantes que são tão onipresentes na Ciência Econômica. Esses esquemas tendem a limitar a capacidade de ação dos atores sociais e a prendê-los em raciocínios que mantêm o *status-quo*. Essa capacidade de pensar exige que se perceba a singularidade da condição periférica, assim como as mazelas do subdesenvolvimento e as escolhas históricas que dão continuidade a essa condição.

Sem dúvida, a realidade atual coloca novos desafios que precisam ser adequadamente entendidos. A economia brasileira entrou, desde o final dos anos 1980, em um processo de crescente abertura financeira, comercial, produtiva e tecnológica. A globalização implicou na perda do poder de intervenção do Estado na economia. Porém, isso não quer dizer que o Estado deixou de ser importante tanto do ponto de vista da promoção do desenvolvimento econômico quanto social. O exemplo dos países asiáticos, tão bem descrito por Deepak Nayyar em seu livro “*Resurgent Asia*”, mostra que a ação do estado foi decisiva para que esta parte da periferia se desenvolvesse no atual período de globalização e realizasse um processo de *catching-up* com os países desenvolvidos.

No caso brasileiro e dos demais países da América do Sul, significou uma crescente especialização nas exportações de bens primários. A expansão da produção agrícola desde a década de 1980 no Brasil foi muito expressiva, assim como da produção mineral. Contudo, essa expansão veio acompanhada de uma crescente desindustrialização. Com isto, os mecanismos de encadeamento foram se desfazendo, resultando em um baixo dinamismo



A globalização implicou na perda do poder de intervenção do Estado na economia. Porém, isso não quer dizer que o Estado deixou de ser importante tanto do ponto de vista da promoção do desenvolvimento econômico quanto social."

econômico. Os multiplicadores de renda e de emprego ficaram comprometidos.

Nesse sentido, a reconstituição dos mecanismos de encadeamento interno passa ser o grande desafio atual de políticas tanto para o desenvolvimento regional quanto nacional. Foram esses mecanismos que garantiram o desenvolvimento econômico tão expressivo entre 1930 e 1980, os nossos 50 anos gloriosos.

Em segundo lugar, eu diria que o legado de Celso Furtado está na capacidade de pensar o futuro e de promover o planejamento econômico no País, que ficou tão clara nos exercícios de modelização da economia. Essa forma de pensar o futuro por meio da programação econômica não é determinística. Ela implica em ver um futuro plural, que depende das escolhas presentes, como o faz a prospectiva. Ela serve também para nos iluminar sobre o caminho a ser percorrido e as necessárias transformações na estrutura social e institucional.

O exercício de modelar o futuro se tornou cada vez mais necessário com a crise ambiental. O imperativo para que a humanidade reduza drasticamente as emissões de gases de efeito estufa exige que se processe uma transição para as energias renováveis e para estilos de desenvolvimento menos predatórios dos recursos

naturais. As transformações requeridas em nossas sociedades, ao lado do enorme esforço de inversão que será exigido para construir a nova infraestrutura da economia sustentável, são consideráveis e até maiores ao esforço realizado para promover o processo de industrialização.

Cabe, ao planejamento do Estado, o papel de traçar essa trajetória e convencer os distintos atores sociais da necessidade dessa transformação. Portanto, é imperioso que os formuladores de políticas nacionais e regionais se dotem desses instrumentos de previsão para guiar as escolhas sobre quais tecnologias e quais sistemas produtivos devem ser apoiados para garantir a sustentabilidade futura de nossas sociedades.

Há muitas lições a serem tiradas das experiências e das realizações desse exemplar economista da periferia do capitalismo. Ele nos deixa um legado de esperança em nosso potencial como nação e nos revela, pelo seu exemplo e trajetória singular, a importância da razão e da ciência como força capaz de nos fazer superar as mazelas que nos prendem ao subdesenvolvimento, ao mesmo tempo que ele aponta para a busca por um futuro melhor apoiado nos princípios da igualdade, inclusão e diversidade.

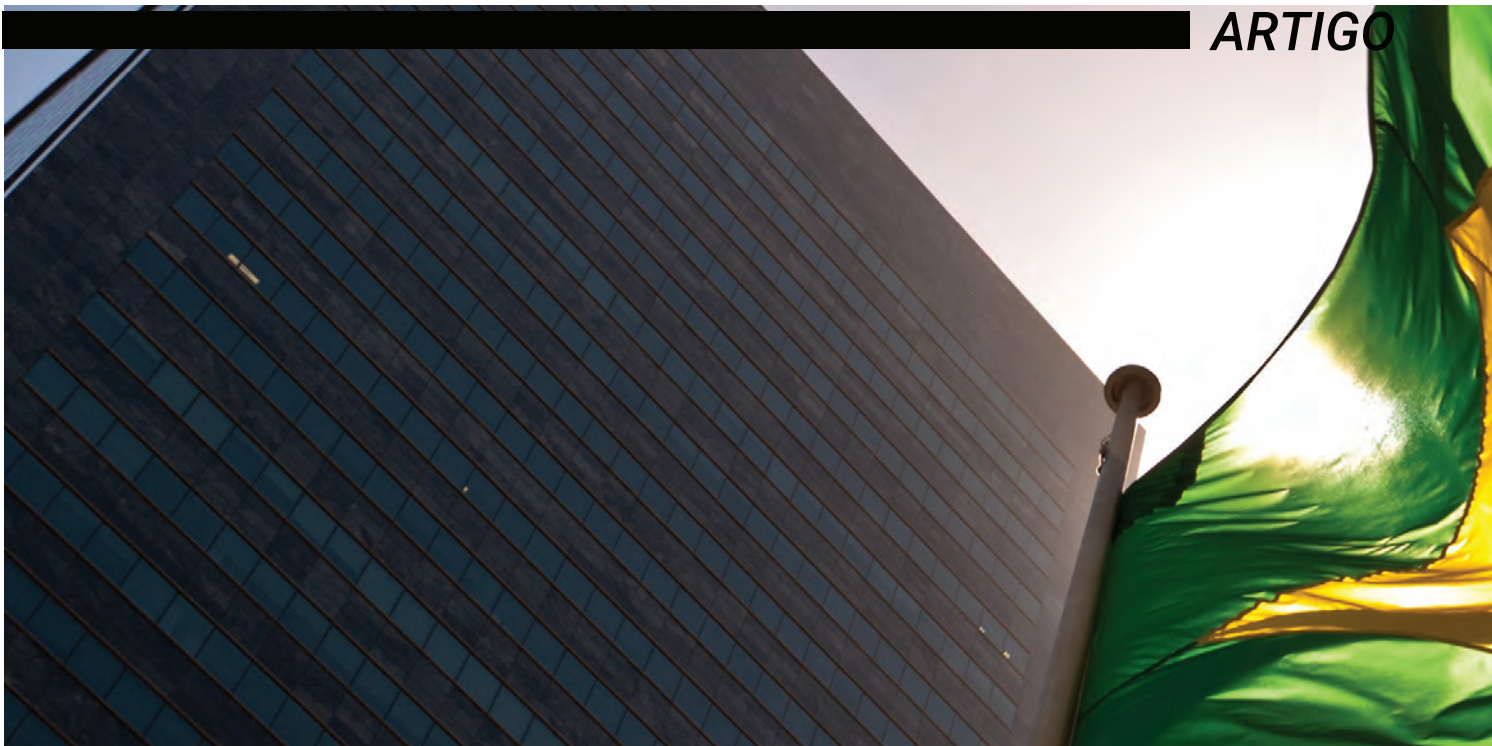


REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FURTADO, Celso. *A Fantasia Organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª Edição, 1985.

NAYYAR, Deepak. *Resurgent Asia: Diversity in Development*. Oxford-New York: Oxford University Press, 2019.

¹ A produção de grãos aumentou no Brasil de 50,8 milhões de toneladas em 1980 para 271,2 milhões de toneladas na safra 2021/2022 enquanto a produção de petróleo cresceu de 9,2 milhões de tep (toneladas equivalente petróleo) em 1980 para 150,3 milhões de tep em 2021.



Crises, rupturas e reformas no Brasil

A experiência histórica brasileira pode ser lida através da tese de que a sociedade civil, guiada pelo desempenho da economia, influencia o ambiente político.

Por Roberto Padovani

A década de 2010 foi intensa na política brasileira. Além de protestos de ruas, forte competição eleitoral e um processo de impeachment, houve uma reorientação abrupta da agenda de governo e o início de um ciclo de reformas. O ano de 2016 foi particularmente importante por combinar recessão, ruptura política e mudanças nas políticas públicas.

Estes eventos podem ser explicados em grande medida pelo desempenho da economia. A hipótese é a de que todo processo político ocorre dentro de um contexto mais amplo, condicionando as escolhas de governo. A economia seria um elemento importante para

formar este contexto e, por isso, os sistemas políticos dificilmente operam de forma autônoma e descolados do ambiente econômico.

É intuitiva a ideia de que as condições econômicas afetam o cotidiano da população e influenciam suas preferências políticas. Mais importante, no entanto, vários modelos analíticos em ciência política podem ser usados para explicar do ponto de vista teórico e empírico o impeachment e a adoção de uma agenda de reformas em 2016.

Norberto Bobbio¹ mostra que o poder político, o Estado, é limitado pelos poderes econômico e ideológico, que formam o conceito



de sociedade civil. A sociedade civil, com a força da economia e do consenso, consegue se opor ao Estado, gerando o contexto em que se desenvolve a disputa política.

A pressão da sociedade civil é particularmente importante nos momentos de contração econômica, situação em que o consenso se desfaz e os interesses normalmente diversos e dispersos são coordenados e mobilizados. Com menor legitimidade e hegemonia, os graus de liberdade nas escolhas



Roberto Padovani

Economista pela Universidade de São Paulo, administrador pela Fundação Getúlio Vargas e mestre em economia também pela FGV. É economista-chefe do Banco Votorantim, fez parte do time global do Banco WestLB, sendo responsável pela América Latina. Foi sócio por 10 anos da Tendência Consultoria e assessor do Ministério da Fazenda durante o Plano Real.

de governo se reduzem. Justamente por isso, as crises econômicas são normalmente acompanhadas por tensões políticas e revisões na orientação das agendas de governo.

Tão importante quanto a pressão da sociedade civil é o incentivo para que o Estado responda às pressões. Segundo Weber², os políticos são movidos não apenas pela ética da convicção, baseada na ideologia, mas também pela ética da responsabilidade. Como as escolhas políticas produzem consequências concretas na vida das pessoas e, ao mesmo tempo, a sociedade demanda estabilidade e compromissos com o futuro, os políticos são incentivados a dialogar e fazer concessões.

As interações entre os conceitos dicotômicos de Estado e sociedade civil, por sua vez, são mensuráveis por meio da chamada “função de popularidade e voto”. Um modelo de regressão simples construído com médias trimestrais para o período de 2000 a 2022 (90 observações) é suficiente para mostrar que o comércio varejista restrito (IBGE) é um bom predictor da proporção da população que avalia o desempenho do governo federal como “ótimo e bom” (Datafolha).

Estes modelos teóricos podem ser aplicados à experiência de 2016. A recessão fez com que o contexto social mudasse de modo importante. A queda acumulada do PIB em 2016 e 2017 foi de 6,7%, a maior em 120 anos de dados econômicos. O tombo de 10,3% mostrado pelo comércio nos dois anos de recessão ajuda a entender o colapso político do governo. Foi um novo impacto em um governo já fragilizado pelos protestos de 2013 e pelos escândalos de corrupção.

Em apenas seis meses, entre novembro de 2014 e agosto de 2015, a avaliação favorável do governo despencou de um patamar de 44% para 8%. Por este aspecto, a crise política de 2016 pode também ser lida como resultado da insatisfação da sociedade civil com a gestão pública naquele momento.

Já o ciclo de reformas iniciado em 2016 pode ser compreendido à luz dos conceitos oferecidos pela teoria da Escolha Pública e pelos modelos de ciência política que estudam a construção e implementação de políticas públicas, principal instrumento de resposta do Estado às demandas da sociedade.

A ideia é que a formação de agendas e políticas públicas é fortemente influenciada pelo contexto e responde às demandas técnicas, ideológicas e políticas do momento. Em certo sentido, são as agendas que se impõem aos governos, e não o contrário. Os modelos teóricos também mostram que os ajustes em políticas normalmente ocorrem de modo incremental.



A recessão fez com que o contexto social mudasse de modo importante."



O padrão de movimentos graduais, no entanto, tende a ser descontinuado em situações de crise e desconforto social agudo, levando a demandas difusas por mudanças que rompem a inércia e levam a alterações mais rápidas e radicais nas políticas públicas. As reformas, momentos incomuns de revisões amplas e profundas de regras, seriam um caso particular de velocidade de ajuste e amplitude das políticas públicas.

Esta visão tem como base a teoria da Escolha Pública. Ao contrário da visão weberiana de que a burocracia, com seu profissionalismo, conhecimento e método, teria a capacidade de fazer escolhas técnicas e eficientes de políticas públicas, a teoria da Escolha Pública mostra como as minorias podem influenciar as decisões coletivas e afetar a qualidade das políticas públicas.

A tese é que ambientes estáveis não geram incentivos suficientes para que a maioria, normalmente silenciosa e descoordenada, se organize para defender mudanças que muitas vezes possuem benefícios abstratos e de longo prazo, com resultado pouco visíveis e dispersos no tempo. Já os setores que perdem com as



Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado

reformas são mais organizados e vocais, conseguindo, com isso, bloqueá-las.

Momentos de instabilidade econômica e tensão social, no entanto, invertem esta lógica. Como a maior parte da população perde numa crise, há uma demanda por ajustes rápidos que se sobrepõe a interesses particulares. O fechamento de empresas e postos de trabalho faz com que a maioria ganhe força diante de minorias organizadas, vocais e com capacidade de mobilização. Mudar passa a ser uma alternativa melhor que o *status quo*, fazendo com que o custo de não fazer nada supere o de fazer.

Nas crises, a irritação social reduz a tolerância com privilégios e altera a distribuição de custos e benefícios das reformas, mudando o equilíbrio entre ganhadores e perdedores. Os grupos negativamente impactados passam a enfrentar maiores dificuldades para bloquear as mudanças, o que incentiva acordos e evita que as reformas sejam postergadas, como é a norma em tempos de tranquilidade.

Estes modelos também podem ser aplicados ao caso brasileiro. Os dados sugerem um padrão na história econômica do

País. Enquanto os ciclos econômicos favoráveis parecem legitimar os governos, as desacelerações mais fortes têm sido acompanhadas por rupturas nos regimes políticos e por um redesenho mais amplo nas políticas públicas e de agenda econômica. A simultaneidade ocorre em linha com a direção sugerida pela teoria.

Houve no último século quatro períodos de fortes alterações políticas e institucionais, momentos que coincidem com fases de maior instabilidade econômica. O choque externo de 1929 e seus prolongados desdobramentos sobre a economia brasileira ao longo da década de 1930 ajudam a explicar um golpe de Estado e diversos avanços institucionais.

A crise dos anos 1960, uma combinação de aceleração inflacionária, esgotamento do processo de substituição de importações, aumento das restrições externas e incertezas políticas, levou ao fim de um período de crescimento elevado, criando tensões sociais e políticas que resultaram em novo golpe de Estado e uma nova agenda de governo.

Da mesma forma, a década de 1980 foi marcada por uma ampla crise global. Mais que um



Já os setores que perdem com as reformas são mais organizados e vocais, conseguindo, com isso, bloqueá-las.”



choque de inflação e juros, havia o esgotamento de modelos econômicos e políticos em diversos países, principalmente na América Latina e na Europa. No caso brasileiro, estas dificuldades resultaram na mudança do regime político e nas diversas reformas econômicas, como a abertura comercial, o programa de privatizações, a reforma monetária e a construção de um regime de política econômica mais robusto.

Já na experiência de 2014, a recessão influenciou as escolhas de políticas públicas, levando a uma reorientação da estratégia econômica e ao início de mais um ciclo de reformas. Como prescrevem os modelos teóricos, o desconforto da população, medido pelos níveis de desemprego e inflação, impactou a avaliação do governo, gerou uma demanda difusa por mudanças e condicionou o desenho de agendas que conduziram desde ajustes incrementais na legislação até a reformas mais profundas, com alterações constitucionais.

O resultado foi um período de cinco anos de importantes alterações. Entre 2016 e 2021 foram aprovadas a limitação constitucional da despesa pública e melhorias institucionais no mercado de crédito, além das reformas trabalhista e da previdência, do cadastro positivo, das leis de

falência e de licitações, da autonomia do Banco Central e dos novos marcos regulatórios do gás e do saneamento.

A inspiração teórica, portanto, é a de que os ciclos econômicos ajudam a construir contextos que influenciam o comportamento dos atores, sugerindo alguma racionalidade nas escolhas políticas. A relação entre Estado e sociedade, no entanto, não é causal, mecânica ou determinística. A ideia é a de que economia e política formam simultaneamente o contexto em que o ator age de modo condicionado, não operando sem restrições ou movido por uma vontade individual mais que coletiva.

Estes modelos ajudam a produzir diagnósticos políticos para o País. As experiências históricas brasileiras podem ser lidas através da tese de que a sociedade civil, guiada pelo desempenho da economia, influencia as escolhas de políticas. É o caso do impeachment e do ciclo de reformas iniciado em 2016.

Tudo considerado, o aprendizado é que os ciclos econômicos fazem com que a política também tenha um caráter cíclico, com padrões de comportamento que ajudam, analiticamente, a separar ruídos de curto prazo e antecipar cenários.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

¹Ver Bobbio, N., "O conceito de sociedade civil", Edições Graal, 1982; e Bobbio, N., "Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política", Paz e Terra, 12a. edição, 2005.

²Ver Weber, M., "Ciência e política, duas vocações", Editora Cultrix, 4^a. edição, 1984.

³Ver NANNESTAD, P., PALADAM, M., "The VP-function: a survey of the literature on vote and popularity functions after 25 years", Public Choice, 1994.

⁴Ver OLSON, M., "A lógica da ação coletiva – os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais", Edusp, 2015.

Confira a 2ª edição revisada e ampliada do Guia de Orientação Profissional do Economista!

Descubra:

- Qual área seguir
- Critérios básicos
- Requisitos
- E muito mais!



Leia agora!

O SINCE do Quadriênio: economistas se reencontram em João Pessoa

Por Manoel Castanho, jornalista da Coordenação de Comunicação

Foram quatro anos de espera. O XXVII Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (SINCE) deveria ter acontecido em 2020, no marco das comemorações do centenário do economista paraibano Celso Furtado. A capital, João Pessoa, se preparou para receber os economistas. As medidas de isolamento social para combater a pandemia de Covid-19, no entanto, forçaram o adiamento do evento – normalmente realizado com periodicidade bienal, nos anos pares.

Uma nova onda da pandemia, em 2021, fez com que o outro grande evento do Sistema Cofecon/Corecons – o Congresso Brasileiro de Economia – ocorresse de forma totalmente virtual. “Fizemos muitas atividades on-line, workshops, cursos e seminários, e até mesmo o Congresso Brasileiro de Economia”, destacou

o presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, na abertura do XXVII SINCE. “Os eventos realizados nos últimos três anos revelaram uma contribuição ao debate dos grandes temas nacionais. Entendemos que este é o nosso papel”.

O avanço da vacinação e o retorno gradual às atividades presenciais tornou possível a realização do evento em João Pessoa, nos dias 02 a 04 de novembro, tornando-se o SINCE do reencontro. O evento é um dos mais importantes espaços de debates do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Economia. Nele geralmente são discutidos a formação e o mercado de trabalho dos economistas, o aperfeiçoamento do Sistema Cofecon/Corecons e a realidade econômica, política e social do Brasil.

O tema do evento foi o papel do Sistema Cofecon/Corecons na superação da crise e retomada do desenvolvimento. “A escolha do tema

mostra o compromisso do economista com a realidade econômica, social e ambiental. É uma oportunidade ímpar para os profissionais discutirem os aspectos da conjuntura e os instrumentos da ciência econômica para a retomada do desenvolvimento”, afirmou o coordenador do evento, Celso Pinto Manguera.



Noite de abertura

A noite de abertura teve também a palestra magna do evento, proferida pelo economista Carlos Pinkusfeld Bastos, diretor-presidente do Centro Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. Ele falou sobre o debate ausente, mas necessário – em sua visão, a superação da crise não havia ocupado suficiente espaço no debate econômico e eleitoral.

“Raúl Prebisch via uma distinção muito forte entre centro e periferia e falava que as condições aplicadas ao centro não podem ser as mesmas para a periferia, porque temos particularidades. São condições diferentes. Todos tinham na cabeça que a periferia precisava crescer mais rápido que o centro para se aproximar dele. Essa é a ideia básica da CEPAL”, expôs Bastos. “Ela nasceu no bojo de algo mais amplo, que foi a teoria do desenvolvimento, que surgiu com a descolonização, e acabou fundamentando a forma dominante de manejar a política econômica abaixo do Equador no pós-guerra, e é muito herdeira da economia política clássica”.

Bastos abordou períodos diferentes da história econômica brasileira. Até 1930, havia um modelo primário exportador e um crescimento da ordem de 4%. No período Vargas e pós-guerra vem o desenvolvimentismo – um fenômeno que ocorreu no mundo, e não apenas no Brasil. Dos anos 80 a 2002, vem um crescimento abaixo de 2%; entre 2004 a 2012, um crescimento superior a 4%; e, desde 2013, um crescimento médio de 0,3%, uma crise descolada do cenário mundial.

Ao questionar se as ideias de Prebisch ainda valem, apontou para as cadeias globais de valor, onde é cada vez mais difícil competir nas escalas mais baixas com os salários pagos em países mais pobres. “O novo Prebisch

XXVIII Prêmio Brasil de Economia

Livro de economia

1º Lugar (R\$ 8 mil): Alexandre de Freitas Barbosa

“O Brasil Desenvolvimentista e a Trajetória de Rômulo Almeida: projeto, interpretação e utopia”.

2º Lugar (menção honrosa): Gustavo Henrique de Barroso Franco

“Lições Amargas: Uma História Provisória da Atualidade”

3º Lugar (menção honrosa): Adriano José Pereira e Ricardo Dathein

“A Dependência Tecnológica Brasileira”

Artigo técnico/científico

1º Lugar (R\$ 4 mil): Benito Adelmo Salomão Neto

“Assimetrias e Causalidades entre Receitas de Despesas Públicas no Brasil: Uma Aplicação via Modelos NARDL”.

2º Lugar (menção honrosa): Carlos Augusto Grabois Gadelha

“O Complexo Econômico-Industrial da Saúde 4.0: por uma Visão Integrada do Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental”

3º Lugar (menção honrosa): Augusta Pelinski Raiher

“Criminalidade e Desvantagem Socioeconômica: uma Análise Espacial ao Longo dos Municípios do Brasil”

Artigo temático

1º Lugar (R\$ 3 mil): Luiz Carlos Thadeu Delorme Prado

“Um Ensaio Sobre Instituições Econômicas e Democracia em Perspectiva Histórica – O Debate Internacional e o Caso Brasileiro”

2º Lugar (menção honrosa): Roberto Padovani

“Crises, rupturas e reformas no Brasil”

Monografia de Graduação

1º Lugar (R\$ 3 mil): Vicente Loeblein Heinen (UFSC)

“Superpopulação Relativa no Brasil: Tamanho e Composição Entre 2012 e 2020”

2º Lugar (menção honrosa): Giornni Paolinelli Raposo Duarte (UFMG)

“O Nexo Água-Energia-Emissões na Matriz Elétrica de Minas Gerais: Impactos Econômicos e Ambientais”

3º Lugar (menção honrosa): Izabelli Barreto Cardoso (UFF)

“Análise dos Impactos Ambientais na Agropecuária no Centro-Oeste Brasileiro”



Fizemos muitas atividades on-line, workshops, cursos e seminários, e até mesmo o Congresso Brasileiro de Economia. Os eventos realizados nos últimos três anos revelaram uma contribuição ao debate dos grandes temas nacionais. Entendemos que este é o nosso papel."

- Antonio Corrêa de Lacerda, presidente do Cofecon

é subir na cadeia de valor. Não se pode entrar por baixo. Precisamos entrar do meio para cima".

Ainda na noite de abertura, o Cofecon entregou o XXVIII Prêmio Brasil de Economia. Foram R\$ distribuídos 18 mil reais aos autores de trabalhos reconhecidos em quatro categorias: livro de economia, artigo técnico/científico, artigo temático e monografia de graduação.

Painéis temáticos

O evento contou com três diferentes painéis temáticos, realizados no dia 04 de novembro. No primeiro deles, André Furtado – filho do célebre economista paraibano – falou sobre o legado de seu pai como fonte de inspiração nas formulações de políticas de desenvolvimento em níveis regional e nacional.

O economista pontuou que a atuação de Celso Furtado não se limitou a recomendar a industrialização acelerada para o Brasil. Ele foi além, relevando que a indústria não era o único caminho para resolver os problemas do subdesenvolvimento. "A realidade atual nos coloca desafios que precisam ser adequadamente entendidos, a economia brasileira entrou num processo de crescente abertura, a globalização implicou numa perda de poder de intervenção do estado na economia, porém isso não quer dizer que o Estado deixou de ser importante", ressaltou. "Os jovens devem buscar pensar fora dos sistemas de pensamento dominantes, que são tão onipresentes na ciência econômica."

Outro painel temático discutiu uma Agenda de Desenvolvimento para o Nordeste. A conselheira federal Ana Claudia Arruda argumentou que algumas das alternativas para a agenda de desenvolvimento são dar continuidade a projetos no transporte e no turismo, manter uma política fiscal voltada para industrialização e executar investimentos produtivos. Ela concluiu a exposição dizendo que "é preciso romper o ciclo vicioso do subdesenvolvimento, não só do Nordeste, mas do Brasil como um todo".

Francisco Nunes, presidente do Corecon-PB, explicou a criação do Farol de Desenvolvimento da Paraíba, uma iniciativa de lideranças, empresários, universidades, do Fórum Celso Furtado para o Desenvolvimento e de



conselhos profissionais como o próprio Corecon. “Apresentamos há duas semanas aos candidatos ao governo da Paraíba as nossas expectativas, que esse Farol pode ser um colaborador permanente nas formulações das políticas de governo e que estamos propondo um diálogo”, contou.

Reinaldo Dantas Sampaio, vice-presidente do Corecon-BA, falou sobre a geografia da fome, remetendo à obra de Josué de Castro. “Há 70 anos, a renda per capita dos estados nordestinos está invariavelmente situada na metade da renda per capita brasileira. O trabalho humano é o principal fator de geração de riqueza de qualquer sociedade”, argumentou. “É preciso tornar produtivo esse enorme contingente humano que está fora das práticas modernas de produção e tem ficado mais distanciado devido às tecnologias”.

No mesmo dia ocorreu o Fórum da Mulher Economista, que chegou à sua sexta edição. Tânia Cristina Teixeira, a primeira a falar, apresentou dados relacionados à economia do trabalho. “O etarismo é um processo silencioso, mas que muitas vezes impede que a mulher se mantenha no ambiente de trabalho e dificulta que ela dê continuidade aos projetos e lutas”, criticou.

Já a economista Cristiane David frisou a necessidade de superar obstáculos e desfazer os estereótipos ligados à imagem da mulher. “Encontramos muito o discurso estereotipado da figura feminina. Ainda há algumas percepções de que a mulher ou é ‘mandona’ ou ‘boazinha’ demais. Então, esse tipo de julgamento é um impeditivo para que haja mais mulheres ocupando cargos de liderança”, frisou.

A conselheira federal Ana Claudia Arruda apresentou perguntas e reflexões sobre a escassez de mulheres na economia e trouxe os conceitos de ‘piso-pegajoso’ e ‘teto de vidro’. “Eu consegui exercer a profissão fazendo trabalhos de campo, trabalhei no Sebrae coordenando pesquisas, fazendo vários trabalhos que me levaram a formação de economista. Além disso, fiz mestrado e doutorado. Tudo isso me compôs e me formou como economista. Não é nada fácil construir uma carreira, os desafios são muito grandes e se a mulher não encontra um campo ou subcampo atraente a recusa é muito grande”, explicou.

Gincana Nacional de Economia

Paralelamente ao XXVII SINCE foi realizada a XI Gincana Nacional de Economia. A competição reúne estudantes, que medem conhecimentos e simulam situações práticas por meio de um jogo on-line. Durante dois dias eles competiram em fases de grupos, repescagem, semifinal e final. Além da competição em si, o evento permite a interação entre alunos de diversas partes do Brasil.

“Trabalhamos para construir um novo jogo, diferente do que foi apresentado no ano passado, quando a Gincana ocorreu de forma virtual. Espero que esta experiência seja muito proveitosa”, afirmou o conselheiro federal Carlos Alberto Safatle, coordenador desta edição da Gincana, ao recepcionar os estudantes.

Daniel de Carvalho Vallejo e Anario Queiroz Barroso Neto, da Universidade Federal do Ceará, foram os grandes campeões, dividindo um prêmio de R\$ 2,5 mil. Como curiosidade, em



onze edições da Gincana, onze universidades diferentes obtiveram o primeiro lugar.

Em segundo lugar ficaram Juan Felype Matias Silva e Rafael Ferreira Dall'agnol, da Universidade de Brasília, com um prêmio de R\$ 2 mil. Na terceira colocação, Marcos Vinicius Neri Da Silva e Tomaz Silva De Matta Ribeiro, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, receberam a premiação de R\$ 1.500. Em quarto lugar, Saulo Henrique Da Rocha Gonçalves Miranda, da Universidade Federal do Piauí, recebeu R\$ 1.000.

Propostas do SINCE

As discussões nos grupos de trabalho envolveram palestras sobre temas específicos e propostas que foram votadas pelos delegados presentes em cada grupo. Cada delegado, com direito a voto, é inscrito pelo respectivo Corecon ou pelo Cofecon, conforme a quantidade a que cada um tem direito. Na inscrição, eles escolhem participar de um dos grupos de trabalho.

As propostas aprovadas nos grupos são levadas à plenária final do evento, onde são votadas pelo conjunto de todos os delegados presentes. Caso também haja aprovação nesta instância, elas são levadas ao Cofecon para que sejam distribuídas à comissão responsável para os encaminhamentos pertinentes.



As discussões nos grupos de trabalho envolveram palestras sobre temas específicos e propostas que foram votadas pelos delegados presentes em cada grupo.

Carta de João Pessoa

O grupo de trabalho que discute a realidade econômica, política e social do Brasil não leva propostas ao Cofecon, mas apresenta uma carta, cujo conteúdo é analisado e votado pelo conjunto dos economistas. A carta foi aprovada nos seguintes termos:

Seguindo atribuições legais de “contribuir para a formação de sadia mentalidade econômica” e “servir de órgão consultivo do Governo em matéria de economia profissional” [Lei Federal nº1.411 – Art.7º], o Cofecon, ao lado dos Corecons, neste XXVII Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (SINCE), realizado em João Pessoa (PB), de 2 a 4 de novembro de 2022 – diante do cenário internacional instável, como efeitos adversos de crises geopolíticas e sanitárias, com perda do protagonismo brasileiro, num quadro em que o país está de volta ao mapa da fome, milhões de trabalhadores sem emprego ou em subemprego e o endividamento insustentável das famílias e empresas – identifica, como o maior desafio do próximo governo, restaurar instituições e políticas públicas que possibilitem a governabilidade do país voltada para a promoção de elevado crescimento econômico, inclusivo, sustentável, com estabilidade de preços e aumento do bem-estar. O êxito nesse desafio dependerá de uma série de ações, dentre as quais consideramos as mais importantes:

a – Instituir um novo arcabouço fiscal, que acomode política anticíclica e de promoção dos investimentos, da produtividade e da redução das desigualdades. Redefinir o conjunto de regras fiscais, revogando o teto de gastos que, além de disfuncional, é um mecanismo que inviabiliza qualquer política social ou de crescimento, ao longo do tempo, na medida em que a população cresce, aumentando a demanda por essas políticas, o PIB cresce, expandindo a capacidade de financiamento, enquanto gastos per capita e em relação ao PIB vão ficando cada vez menores.

b – Manter o controle da inflação com taxas de juros menores, por duas linhas de ação. Por um lado, o governo agindo diretamente nos mercados do setor real, com medidas como mudar a política de preços da Petrobras; fazer alterações em impostos indiretos, como os de exportação e importação; recompor estoques regulatórios e estruturar uma matriz

energética mais barata e limpa. Por outro lado, fazer interlocuções com o Banco Central para ajustes no modelo de política monetária que permitam praticar taxas de juros mais baixas com efeitos satisfatórios no controle inflacionário.

c - Reaver ativos e investimentos das estatais estratégicas, com avanço nas cadeias produtivas, revertendo a atual estratégia de desmonte, garantindo capacidade de desenvolvimento científico, tecnológico e social. No caso da Petrobrás, alterar a política de formação de preços, que privilegia a distribuição de dividendos, em detrimento dos consumidores, dos projetos de investimento da própria empresa e de sua função social.

d - Realizar reforma tributária que promova a simplificação, reduza a insegurança jurídica e institua a progressividade prevista na Constituição Cidadã de 1988, particularmente com impostos sobre grandes patrimônios, em particular atualizar e melhorar a fiscalização do Imposto Territorial Rural, movimentações financeiras e lucros e dividendos distribuídos, este último com grande potencial arrecadatório, como uma das formas de financiamento das urgentes políticas sociais.

e - Promover o crescimento da renda e o pleno emprego com investimentos em infraestrutura, públicos e por concessão ou PPP, retomada do Programa Minha Casa Minha Vida em grande escala e concessão de crédito, pelos bancos públicos, com taxas significativamente mais baixas. O crédito deve ser direcionado, preferencialmente, a projetos de investimentos de grande potencial de encadeamento e geração de emprego, a consumidores e a micro e pequenas empresas. Tais políticas devem ser mais intensas em locais de renda per capita menor e mercado de trabalho mais frágil, com o propósito de reduzir as desigualdades regionais.

f - Revisar a legislação trabalhista e previdenciária, revogando os itens que facilitam a disseminação do trabalho precário, garantindo os direitos aos milhões de trabalhadores que estão nestas condições.

g - Propiciar o crescimento da produtividade, com persistente aumento da qualidade do ensino em todos os níveis; maiores investimentos públicos e incentivos a privados, em ciência, tecnologia e inovação, com maior articulação entre empresas e centros de pesquisa e condicionados a avaliações

e metas. Essencial identificar setores estratégicos, como economia digital, de baixo carbono e níveis de grande conteúdo tecnológico nas cadeias globais de valor.

h - Implementar políticas públicas que reduzam a desigualdade social, começando pelo combate à fome, que atinge 33 milhões de brasileiros. Importa fortalecer os programas assistenciais, compensatórios das carências dos segmentos mais vulneráveis, retomando o Bolsa Família, que é vinculado à frequência escolar e vacinação e pode ser melhorado com sua manutenção temporária após ingresso no mercado de trabalho; o Farmácia Popular; o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o contínuo aprimoramento e abrangência do SUS, explorando todas as potencialidades de desenvolvimento tecnológico e social, no âmbito do complexo econômico industrial da saúde.

i - Incentivar a participação da mulher economista na sociedade. Desenvolver e estimular a capacitação das mulheres e jovens economistas com vistas a reduzir os entraves tais como: redução salarial e a baixa absorção da mão de obra feminina no mercado. Desenvolver uma agenda pela igualdade de gênero, de acordo com as recomendações do 5º objetivo da Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável da ONU.

j - Fazer gestões junto ao Banco Central, para evitar medidas na área cambial que possam comprometer a estabilidade do sistema financeiro nacional e da taxa de câmbio. Nesse sentido, é fundamental revisar a nova legislação cambial para impedir a abertura de contas em moeda estrangeira no país por residentes e preservar o espaço legal para o controle dos fluxos de capitais estrangeiros.

k - Implementar política de desenvolvimento da agricultura familiar, com a democratização do acesso à terra por meio de uma reforma agrária agroecológica.

l - Colocar a questão ambiental no centro da agenda econômica de forma a garantir o desenvolvimento sustentável, combatendo o desmatamento e queimadas e enfrentando os desafios colocados pela emergência climática. Especial atenção deve ser dispensada à Região Amazônica, que deve ser explorada economicamente com projetos que não degradem os seus biomas.

Cofecon em ação: o trabalho das Comissões

No dia 09 de dezembro, por ocasião da última sessão plenária realizada em 2022, as diferentes comissões e grupos de trabalho do Cofecon apresentaram os resultados de suas atividades

Por Manoel Castanho, jornalista da Coordenação de Comunicação

No dia 09 de dezembro, por ocasião da última sessão plenária realizada em 2022, as diferentes comissões e grupos de trabalho do Cofecon apresentaram o resultado de suas atividades.

As Comissões e Grupos de Trabalho são os braços operacionais do Cofecon, realizando atividades específicas que vão desde temas internos (como licitação e tomada de contas) até temas que envolvem uma interação com a sociedade (como política econômica e

comunicação). Na primeira sessão plenária do ano são eleitas duas comissões permanentes, conforme o regimento interno do Cofecon: a de Tomada de Contas e a de Licitação. As demais comissões temáticas são criadas em função do programa de trabalho apresentado pelo presidente do Cofecon e aprovadas pelo plenário. Já os Grupos de Trabalho são criados para atender objetivos ou realizar estudos específicos.

Confira a seguir os trabalhos apresentados pelas Comissões e GTs do Cofecon:



Comissão de Tomada de Contas

A Comissão realizou avaliações de 29 tomadas de contas; 49 reformulações orçamentárias; 100 balancetes trimestrais; 22 prestações de contas de auxílios financeiros; e duas verificações de controles internos, com visitas ao Corecon-RR e Corecon-PR.

Comissão de Licitação

O número de licitações realizadas ao longo de 2022 mais do que dobrou em comparação com os outros anos, em parte porque foram vencendo os prazos dos contratos e em parte porque as empresas não aceitavam mais acordar reajustes, devido ao processo inflacionário vivido no Brasil.

Comissão de Política Econômica

A Comissão de Política Econômica é responsável pelos debates realizados pelo Cofecon e pelas notas oficiais. Os principais eventos ocorreram no dia 27 de janeiro, com o ex-ministro Nelson Barbosa e com o debutado federal Mauro Benevides Filho, debatendo perspectivas econômicas para 2022; no dia 16 de fevereiro, com o economista Claudio Ferraz, expondo o tema políticas públicas baseadas em evidências; no dia 11 de março, com Otaviano Canuto e Adhemar Mineiro falando sobre os prós e contras da entrada do Brasil na OCDE; no dia 27 de maio, com Felipe Salto e Igor Rocha discutindo um novo arcabouço fiscal; e no dia 15 de setembro, com assessores econômicos dos candidatos à Presidência da República, que incluiu uma coletiva realizada na sede do Cofecon.

As notas oficiais produzidas em 2022, e acessíveis no site do Cofecon, foram as seguintes:

- Alternativas para superar a semiestagnação da economia brasileira;
- As armadilhas do ingresso do Brasil na OCDE;
- Pelo fim da guerra na Ucrânia;
- Por um novo arcabouço fiscal;
- Carta de João Pessoa (emitida por ocasião do XXVII SINCE).

Além disso, o Cofecon, por meio da Comissão, publicou o Panorama da Economia, com um extrato das posições do Cofecon sobre vários assuntos econômicos nos últimos dez anos. A publicação foi entregue aos assessores econômicos dos presidentiáveis e distribuído entre a equipe de transição do novo governo.



Por fim, foi aprovada uma parceria entre o Cofecon e o Centro Internacional Celso Furtado para a promoção de debates, na qual o Conselho poderá indicar debatedores e apoiará a divulgação dos debates em seus canais na internet.

Comissão de Relacionamento Institucional e Assuntos Legislativos

O Cofecon tem sido um participante ativo no Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, principal espaço de debates das autarquias de fiscalização no qual os Conselhos deliberam sobre assuntos de interesse comum.

Além disso, o Cofecon ampliou sua participação em audiências públicas e demais atividades desenvolvidas no âmbito do poder Legislativo. “São temas referentes à nossa profissão e outros relativos à nossa área de especialidade”, explica o presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, coordenador desta comissão.

Comissão de Educação

Em 2022 foi realizada a XI Gincana Nacional de Economia, com uma etapa regional

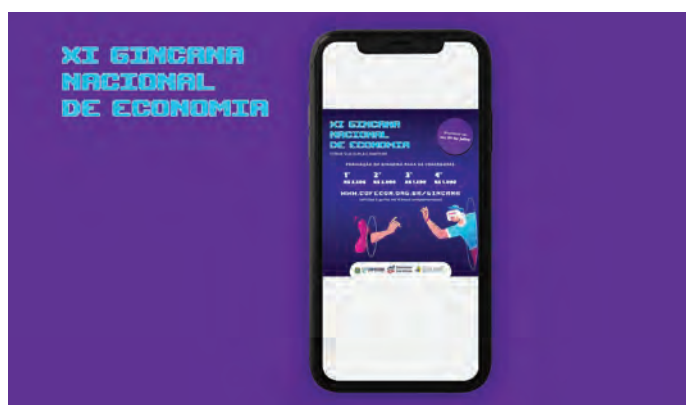
realizada em ambiente virtual, simultaneamente, em todo o Brasil, e uma etapa nacional ocorrida de forma presencial em João Pessoa, durante a realização do XXVII SINCE.

A Comissão também promoveu o XXVIII Prêmio Brasil de Economia, que distribuiu R\$ 18 mil a trabalhos concorrendo em quatro categorias: livro de economia, artigo técnico/científico, artigo temático e monografia de graduação. Ao todo, foram 63 trabalhos inscritos.

O VII Desafio Quero Ser Economista também foi realizado com êxito. Esta edição teve o recorde de inscrições (3.789) e a grande campeã foi a pernambucana Milena Rafaela Duarte Farias de Lima, da cidade de João Alfredo. Ela ganhou um prêmio de R\$ 2 mil.

O projeto de Educação a Distância ofereceu oficinas gratuitas sobre processos orçamentários, criptoativos e moedas digitais, perícia previdenciária, duas oficinas sobre economia política, organização financeira, um novo módulo da introdução à economia da oralidade, economia criativa e cidades criativas e a moeda social Pila Verde. Várias destas oficinas ainda estão disponíveis na plataforma EAD do Cofecon e os participantes inscritos recebem certificados.

A Comissão também apoiou o GT Responsabilidade Social e Economia Solidária na realização da primeira edição do Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas e analisou processos para aprovar o registro de egressos de cursos conexos aos de economia.



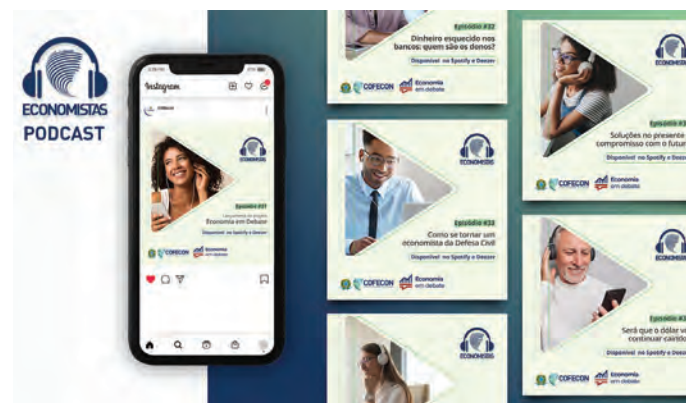
Comissão de Comunicação

Em 2022 a revista Economistas voltou a ser impressa, em tiragem reduzida, e continua sendo disponibilizada em plataforma interativa. A revista de março, dedicada às mulheres, foi a que teve o maior número de visitas. Os demais temas foram “Uma profissão com incontáveis possibilidades” e “Um novo sentido para a formação do economista”. A revista de dezembro terá como tema “Estratégias para o próximo governo”.

O projeto Descomplicando a Economia, lançado neste ano, explica conceitos econômicos de forma simples e acessível ao público em geral, utilizando pequenas histórias em formato de tirinhas e cards explicativos com alguns dos principais conceitos.

Também foi publicada neste ano uma edição revisada e ampliada do Guia de Orientação Profissional, que contém informações sobre campos de atuação profissional do economista. Além disso, o podcast, o clipping e a newsletter se consolidaram entre o público do Cofecon.

A campanha de valorização profissional, desenvolvida em formato digital, teve como tema o Desenvolvimento. As artes foram disponibilizadas para os Conselhos Regionais de Economia.



Comissão de Governança: Planejamento Estratégico, Transparência e LGPD

No SINCE foi apresentado um material bastante denso sobre a Lei Geral de Proteção de Dados e o treinamento realizado pelo Cofecon. Além disso, foram disponibilizados R\$ 185 mil para os Corecons, por meio de um programa com regras específicas para fins de modernização e adequação tecnológica, mas poucos Regionais solicitaram os recursos.

A Comissão também realiza uma pesquisa trimestral nos sites dos Corecons para levantar o que está sendo publicado e o que atende ou não às normas do Tribunal de Contas da União.

Comissão de Normas e Legislação

Os principais assuntos tramitados e deliberados dentro do âmbito da foram: o aperfeiçoamento do manual de arrecadação, especificamente no que diz respeito aos cálculos referentes aos débitos em atraso; aperfeiçoamento das regras de viagens a serviço; instituição da multa por obstrução ao exercício fiscalizatório (Lei 12.846/13); registro de mestres e doutores em economia; e aperfeiçoamento das normas de registro para padronização e compatibilização com as ferramentas tecnológicas. Em relação às carteiras profissionais, foi aprovado um novo layout e instituída a carteira de perito.

Comissão de Fiscalização e Registro Profissional

A Comissão de Fiscalização realizou um trabalho para dar mais agilidade à tramitação dos processos, de modo que eles possam ser devolvidos rapidamente aos Conselhos Regionais de Economia. Ao longo de 2022 foram julgados 201 processos referentes aos temas tratados na Comissão.

Comissão de Reforma Tributária

A reforma tributária é um assunto que sempre está no âmbito do parlamento, mas não avança. O Cofecon defende a necessidade de um modelo mais justo, que tribute mais a renda e a riqueza e menos a produção e o consumo.

Comissão de Perícia Econômico-Financeira, Mediação e Arbitragem

Ao longo do ano foram realizadas oito lives sobre a experiência dos Corecons no trabalho de perícia econômico-financeira; ao todo, 14 Conselhos Regionais participaram destas lives. “Ficamos sabendo das atividades que estes Corecons estão realizando”, destacou a conselheira Maria de Fátima Miranda, coordenadora da Comissão.

O economista José Marcos de Campos, integrante da comissão, realizou uma palestra sobre perícia econômico-financeira durante o XXVII SINCE, no grupo de debates de formação e mercado de trabalho do economista.



Comissão Mulher Economista

A Comissão Mulher Economista teve o trabalho iniciado com a atualização dos questionários de pesquisa sobre a mulher economista. Em março houve uma live sobre o papel das economistas, sobre empreendedorismo feminino e a edição especial da revista Economistas. Em agosto foi feita uma live comemorativa do Dia do Economista, com o tema “Onde tem desenvolvimento, tem uma mulher economista”.

A Comissão também participou das campanhas do Mês da Mulher e do Outubro Rosa. No XXVII SINCE, realizou o Fórum da Mulher Economista. Por fim, foram escolhidas as ganhadoras dos prêmios Mulher Economista e Mulher Transformadora, que serão divulgadas oportunamente. “As mulheres querem se ver no Sistema”, destaca a conselheira Mônica Beraldo, coordenadora da comissão.



Comissão de Ações para Redução da Concentração de Renda e Desigualdade Social no Brasil

A Comissão realizou o webinar Justiça Tributária em junho, com participação do professor Eduardo Fagnani. Já em dezembro o tema foi diversidade e a exclusão da economia. Também foi preparada uma cartilha eleitoral, apresentada quando houve o seminário dos assessores econômicos dos presidentes. A cartilha contém as posições dos vários partidos na votação de diversos temas que impactaram de alguma forma a sociedade brasileira.

Comissão Eleitoral

O trabalho da Comissão Eleitoral envolveu muitas reuniões e testes para garantir que o sistema de votação funcionaria de forma adequada. Da mesma forma, também foi realizada com sucesso a votação eletrônica na Assembleia de Delegados-Eleitores.

GT Situação Patrimonial e Financeira dos Conselhos Regionais de Economia

Ao todo, são sete Conselhos Regionais de Economia que não possuem sede própria. A atuação deverá ser local, dentro da Superintendência de Patrimônio da União em cada estado.

GT Responsabilidade Social e Economia Solidária

Uma das tarefas mais relevantes, e que envolve um trabalho anterior ao início do exercício de 2022, é o Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas, criado para incentivar atividades de economia solidária realizadas na forma de projetos de extensão, preferencialmente em incubadoras universitárias. A atividade tem a parceria do Instituto Paul Singer e recebeu inscrições de trabalhos até o mês de julho. A cerimônia de entrega acontecerá em 2023.



Durante a segunda metade do ano, a principal atividade do GT Responsabilidade Social e Economia Solidária foi a organização e realização de lives para debater diversos aspectos da economia solidária. A série teve início ainda em junho, discutindo a reindustrialização solidária e os economistas, com transmissão pelo canal do Cofecon no YouTube.

Nos meses seguintes, os temas foram a institucionalização e composição da economia solidária, em julho; a economia solidária e o mercado de trabalho, em agosto – assunto que, mais tarde, virou tema de um episódio do podcast Economistas, com Marcio Pochmann; os desafios dos empreendimentos solidários na Amazônia, em setembro; os bancos comunitários e a rede brasileira de bancos, em outubro; e o Pila Verde, moeda social, econômica e ambiental de Santiago-RS, em dezembro.

No prêmio Mulher Transformadora, o GT Responsabilidade Social e Economia Solidária é responsável pela indicação de quatro nomes, que depois são submetidos a votação de acordo com a norma.

GT Corecon Jovem/Acadêmico

O grupo trabalhou na minuta de um regimento interno para as instituições. O documento será encaminhado para a Comissão de Normas.

GT Concurso Público do Sistema Cofecon/ Corecons

O presidente do Cofecon informou a resposta dos Corecons quanto à consulta sobre o quantitativo de funcionários, os planos de cargos e salários, as demandas por vagas (nove

Regionais manifestaram interesse) e os estudos de viabilidade. Alguns Corecons ainda não responderam. Esta é a penas a primeira fase do projeto, que será continuado no próximo exercício.

GT Redução de Gastos do Cofecon

As receitas do Cofecon foram da ordem de 6,4 milhões em 2019; 5,7 milhões em 2020, 6,1 milhões em 2021; e 6,3 milhões em 2022. No mesmo período, a despesa foi de 6,5 milhões em 2019; 4,9 milhões em 2020; 5,5 milhões em 2021; e 5,8 milhões em 2022 (até novembro). No entanto, quando se leva em conta o reajuste das anuidades, a arrecadação do Cofecon deveria ser de, no mínimo, 8 milhões.

GT Economista Empreendedor

O GT realizou um ciclo de capacitações e lives, com debatedores de todas as regiões do País. “Isso é muito bom porque diversifica a troca de informações entre todos”, expressou o coordenador do GT, Lauro Chaves Neto. Entre os temas Fluxo de Caixa e Custos, com Ricardo Coimbra, Itaiana Patricia de Souza e mediação do conselheiro federal Carlos Magno Andrioli; Valuation, com Sérgio Silveira, Edilson Aguiaris e Rogério Tolfo; e Cenários Econômicos e Empreendedorismo, com o conselheiro regional Luís Paulo Rosenberg (Corecon-SP); Carlos Henrique Corrêa e mediação de Lauro Chaves Neto.

GT Articulações com o INEP

A existência do GT se deve ao convite do próprio presidente do INEP, Alexandre Lopes, mas as mudanças ocorridas posteriormente não permitiram o avanço da parceria. O coordenador do GT, Antonio de Pádua Ubirajara, sugere que, com a mudança de governo, o Cofecon procure a nova gestão do INEP para formalizar a parceria.

GT Migração e Implantação do Sistema Cadastral, Financeiro e Fiscal

O trabalho de migração e implantação dos sistemas foi realizado em quase todos os

Conselhos Regionais de Economia e encontra-se em vias de finalização. O único Corecon faltante é o Corecon-SP, com previsão de migração no dia 30 de janeiro.

GT Modernização dos Corecons

O grupo realizou um diagnóstico dos equipamentos utilizados em todos os Conselhos Regionais de Economia, para em seguida realizar um treinamento de fiscalização de dois dias. Ao final, foi aprovado um valor de R\$ 185 mil reais para um programa de modernização tecnológica para os Corecons.

Conselho Editorial da Revista Economistas

O Conselho Editorial da revista Economistas é responsável por analisar os artigos recebidos, recomendando ou não a publicação.

Quer saber ou colaborar com as atividades das Comissões e dos Grupos de Trabalho?

O Conselho Federal de Economia (Cofecon) mantém uma ferramenta que otimiza a comunicação entre o Sistema Cofecon/Corecons, economistas e sociedade: o portal das Comissões e Grupos de Trabalho.



Por meio desse canal, o usuário poderá conhecer, acompanhar e contribuir para o sucesso das ações propostas pelo Cofecon por meio das 16 Comissões e 11 Grupos de Trabalho atualmente em exercício. O portal pode ser acessado pelo link www.cofecon.org.br/comissoes/

“As comissões e grupos de trabalho, apenas por uma questão operacional, são relativamente restritos e comportam um número limitado de membros. Mas isso não impede que todos que tenham interesse nos temas tratados possam

participar com sugestões e críticas, inclusive apresentando propostas”, afirma o presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda.

Funcionalidades

Uma das principais funcionalidade do portal é o contato direto, por meio de formulário específico, com cada uma das comissões e dos grupos de trabalho. No ambiente virtual, as mensagens enviadas serão recebidas pelos coordenadores da comissão ou grupo de trabalho, que são responsáveis, junto aos demais membros, por avaliar a aplicabilidade das sugestões. Dúvidas ou críticas também poderão ser encaminhadas e serão igualmente avaliadas pelos encarregados.

Outra função de destaque do Portal é a apresentação de notícias relacionadas a cada tema. Os economistas e a sociedade em geral também poderão ter informações sobre a realização de eventos, a promoção de cursos, premiações e competições organizadas pelo Cofecon e pelos Corecons.

O ambiente é totalmente interativo e de fácil navegação. Ao acessar o link, o usuário é espontaneamente direcionado às áreas de interesse. Clique aqui, navegue e traga a sua contribuição para as ações do Sistema Cofecon/Corecons.

1

Reindustrialização: para o desenvolvimento brasileiro

O livro discute os limites impostos pela desindustrialização, assim como as possibilidades da reindustrialização brasileira como política de desenvolvimento econômico e social. Trata-se de mais uma coletânea das pesquisas desenvolvidas no âmbito do Grupo de Pesquisas Desenvolvimento e Política Econômica (DEPE), vinculado ao Programa de Pós-graduação em Economia Política e ao Departamento de Economia da PUCSP.

A realização deste trabalho contou com a imprescindível edição realizada pela Editora Contracorrente que o publicou, assim como apoio do Programa de Incentivo à Pesquisa da PUCSP (PIPEQ) e do Conselho Federal de Economia (Cofecon).

Trazendo uma interessante integração entre professores, egressos dos cursos de graduação e pós-graduação, alunos e pesquisadores, o livro é composto de cinco capítulos que trazem desde reflexões teóricas a respeito da temática como uma profunda análise do quadro internacional e a posição brasileira, são discutidas as principais questões envolvidas.

No primeiro capítulo, Antonio Corrêa de Lacerda traz uma discussão sobre a temática central, especialmente focado no caso brasileiro. A desindustrialização precoce da economia brasileira representa um claro fator limitador do desenvolvimento. Ao contrário de países ricos, o Brasil perde participação da indústria de transformação no Produto Interno Bruto (PIB), sem que ela tivesse contribuído para a ampliação da renda per capita do País. Portanto, reindustrializar a economia brasileira se torna imprescindível.

É viável reverter a desindustrialização em curso no Brasil e promover uma reindustrialização.



No entanto, isso não será fácil, tampouco será algo automático, ou natural. Terá que ser um processo induzido, mediante a criação de um ambiente macroeconômico mais favorável à produção, a adoção de políticas de competitividade (ou seja, políticas industrial, comercial e de inovação), além do fomento à inovação e cultura empresarial (com o intercâmbio universidade-institutos de pesquisa-empresas).

Macroeconomia da desindustrialização, escrito por Norma Cristina Brasil Casseb e outros aborda o fato que o Brasil vive uma situação de

profunda crise econômica, social e sanitária. Esta última ocasionada pela pandemia da Covid 19, agravada pela ausência de uma política e atuação sanitária do governo federal, que impedisse a abrangência de casos e mortes, fazendo o país ocupar o segundo lugar no ranking de mortes por Covid 19 e suas variantes. A pandemia se abate sobre um país com a economia já enfraquecida, resultando em vasta tragédia humanitária.

Entretanto, é fato que essa crise econômica/social vem se acentuando dramaticamente nos últimos seis anos, especialmente no decorrer do atual governo, mesmo antes do agravamento da pandemia. Em 2019, por exemplo, o PIB per capita ficou praticamente estagnado, com apenas 0,3% de crescimento (IBGE).

A situação da economia brasileira remete a um movimento de retrocesso dos condicionantes elementares do desenvolvimento em nosso país. Na verdade, um retrocesso que coloca hoje o país na posição de candidato a periferia do sistema global, quando expõe sua condição de mero exportador de alimentos e bens primários no mercado mundial e importador de produtos que antes produzíamos ou que poderíamos estar produzindo.

Industrialização e desenvolvimento: as contribuições de Wilson Cano, Antonio Corrêa de Lacerda e Danilo Severian trazem um resgate da visão do importante economista falecido em 2020 trazendo uma análise da sua obra, especialmente no que se refere às questões da soberania, industrialização e integração regional. Uma preocupação central que permeia a produção intelectual de Cano é o da soberania nacional, embora nem sempre tratada de maneira direta. Seus trabalhos se endereçam continuamente ao tema, seja pela perspectiva da necessária industrialização enquanto estratégia para tal, seja pela análise dos conflitos distributivos que envolvem internamente o território e a espacialização da atividade produtiva, especialmente aquelas concernentes ao meio urbano e que desnudam as profundas desigualdades sociais do país.

Na tradição da Economia Política crítica, que busca dissecar do particular os elementos que dão sentido e conformação ao todo, debruçando-se sobre a relação dialética entre

os fenômenos econômicos e sociais e suas interações mutuamente e simultaneamente transformadoras. Para isso, recorre à história e às peculiaridades que singularizam seu objeto de pesquisa em dado contexto: as cidades, a industrialização, a estrutura fundiária rural e a agricultura itinerante, a formação regional do Brasil, a reflexão sobre a América Latina e as relações de poder no mundo capitalista entre o centro e a periferia.

No quarto capítulo, Política Desenvolvimento e retrocesso estrutural: origens do atraso, Regina Maria A. F. Gadelha desta que no final dos anos noventa, intelectuais de todo o mundo pareciam despertar para as consequências da devastação implantada pelas políticas neoliberais sobre as relações de produção e trabalho em todo o mundo. No Brasil, a despeito das conquistas sociais consolidadas através da Constituição de 1988, assistiu-se à destruição progressiva dos ideais de uma democracia para todos – desiderato ético de nação dos que haviam lutado contra o regime militar de 1964. Entretanto a incompreensão do significado do processo de globalização mascarava o verdadeiro sentido da nova etapa de financeirização das economias, implantada na era Thatcher/Ronald Reagan, e que acompanhara a ascensão do neoliberalismo em tanto que processo de dominação do capital financeiro em expansão.

A aceleração desse processo ao mesmo tempo em que concentrava a riqueza era geradora de exclusão, ampliava o domínio do capital sobre o valor do trabalho das nações. Trazendo uma análise da economia brasileira dos últimos trinta anos, Gadelha destaca que o atual presidente “representa o mais violento retrocesso democrático sofrido pela Nação desde sua independência, com degradação política, econômica e social refletida na destruição dos importantes biomas amazônico, cerrado de pantanal mato-grossense, avanço de mineradoras sobre comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhos, aumento da taxa de desemprego, ampliação da miséria absoluta já superada nos governos anteriores.”

Finalmente, no quinto capítulo, Luiz Niemeyer traz a discussão sobre Estado, Política Industrial e Tecnológica: reflexões sobre

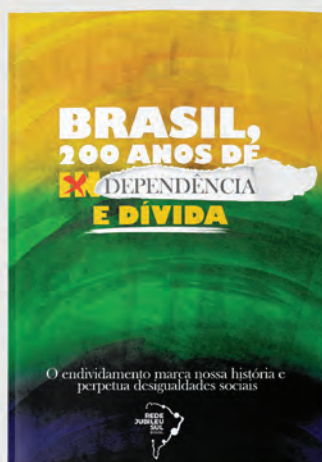
alternativas para a retomada da indústria brasileira uma revisão da literatura envolvendo importantes autores de cada um dos três tópicos acima. O que iremos demonstrar é que apesar das barreiras envolvidas no tocante ao predomínio das políticas neoliberais nos últimos 25 anos, existem alternativas para a retomada da industrialização brasileira. Maior ênfase será dada a questões envolvendo desenvolvimento tecnológico e o desenvolvimento econômico.

Para que o Brasil consiga retomar seu desenvolvimento industrial é necessário que haja uma nova política industrial e tecnológica nos moldes daquelas discutidas ao longo do livro em tela.

O conjunto dos capítulos ao mesmo tempo que traduz a verdadeira armadilha da desindustrialização na qual a economia brasileira se vê envolvida nas últimas três décadas, por outro lado denota que tanto a nossa experiência de industrialização no século vinte, quanto as boas práticas internacionais nos aponta um caminho de saída para o desenvolvimento. A enorme potencialidade do País nos campos energético, agrícola, hídrico e da biodiversidade nos coloca numa situação impar na qual reverter a desindustrialização e trilhar o caminho do desenvolvimento sustentável e criador de oportunidades.

2

Brasil, 200 Anos de (in)Dependência e Dívida



Em 7 de setembro de 2022 o Brasil comemorou 200 anos de independência. A data é um momento muito propício para realizar uma ampla reflexão política, econômica e social sobre a situação em que o país se encontra. Neste contexto se deu o lançamento do livro “Brasil, 200 Anos de (in)Dependência e Dívida”.

A publicação é uma iniciativa da Rede Jubileu Sul Brasil. A ideia da crítica histórica e econômica está assinalada no próprio nome do livro que coloca o prefixo “in” entre parênteses —

(in)dependência — indicando que é um processo incompleto, cheio de debilidades e incoerências em sua gênese.

“O cenário de crise financeira agravada pelas diversas revoltas populares contra a Coroa portuguesa joga a nascente nação nas mãos dos banqueiros internacionais. Portugal, que acumulava uma dívida com a Grã-Bretanha, transfere essa dívida para o Brasil. Além desta, no dia 29 de agosto de 1825, o Tratado de Paz e Aliança oficializou o reconhecimento por parte da

Coroa. Segundo esse acordo, o governo brasileiro deveria pagar uma indenização de dois milhões de libras esterlinas para que Portugal aceitasse a independência do Brasil”, expressa o livro em sua introdução, assinada por Sandra Quintela.

A publicação faz um percurso analítico a respeito da relação entre a história da independência, sua relação com o processo de endividamento e como desencadeou e ainda alimenta as dívidas sociais com a população negra, comunidades tradicionais e povos originários, com as mulheres e as pessoas empobrecidas.

O livro é organizado por Sandra Quintela e composto por treze capítulos, assinados por: Alessandra Miranda, Alfredo J. Gonçalves, Aline Miglioli, André Lima Sousa, Dirlene Marques, Fabio Luis Barbosa dos Santos, Helder Gomes, José Valdeci Santos Mendes, Luis Fernando Novoa Garzon, Magnólia Said, Marcos Arruda, Nilo Sergio Aragão, Polly Policarpo, Rosa Maria Marques, Rosilene Wansetto, Secretaria Nacional do Grito dos Excluídos e Excluídas, Sandra Quintela e Virgínia Fontes.

A obra é organizada em quatro partes. A primeira aborda o cenário histórico e político da independência. A segunda, composta por cinco capítulos, tem como tema o ontem e o hoje da independência, abordando questões como dívida pública e luta de classes, financeirização da economia, plano Real, perda do projeto de soberania nacional e atuação das instituições multilaterais na geração de dívida. A terceira parte questiona de qual dívida se está falando e traz capítulos sobre a Amazônia, mulheres e povos quilombolas. Finalmente, a última parte, com dois capítulos, traz as lutas do Grito dos Excluídos e Excluídas e da Rede Jubileu Sul, parceiras na publicação do livro.

O livro pode ser baixado no endereço jubileusul.org.br/biblioteca/.



**Panorama da Economia:
Cofecon apresenta
retrato do País nos
últimos 10 anos.**

**Panorama da
Economia**

posicionamentos extraídos
das notas oficiais do Cofecon



COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

**Economia
em debate**

Saiba mais!

perce o play aperte o play aperte o



Podcast Economistas

Ouça agora os episódios
da nova temporada

**Disponível nos principais
agregadores de podcast***

*Anchor, Breaker, Deezer, Google Podcasts, Apple Podcasts, Overcast, Pocket Casts, RadioPublic e Spotify



COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA



**Economia
em debate**



@cofecon

Conselho Federal de Economia - Cofecon
Setor Comercial Sul, Quadra 02, Bloco B, 12º andar, CEP 70318-900 - Brasília/DF
Tel: (61) 3208-1800/E-mail: cofecon@cofecon.org.br